



**ATA N.º 66/XII-4º/2020-2021**

1 - Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão do Liberdade Futebol Clube, sito na rua Manuel Febrero, nº 3, na Freguesia da Cova da Piedade, em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento.

3.2 – Eleição de um/a cidadão/ã para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (CPCJ);

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativos ao exercício de 2020”, assim como o “Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada, o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local e o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2020”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2020 e cobertura de prejuízos”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medida excecional no âmbito do Covid-19. 2ª Edição do Programa Dinamizar – Dinamizar +”.

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao mapa de pessoal da CMA de 2021”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

**4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as João Ricardo Quintino (PS), Débora Figueiredo Rodrigues (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), e Sílvia Maria Sousa (Ind) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.**

**4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); André Macedo Ferreira (PS) por impedimento da cidadã senhora Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Luís Daniel Jacinto (CDU) por impedimento dos cidadãos/ãs Senhores/as Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso, Andreia Sofia Fernandes Egas, António José Olaio da Silva, José Augusto Tavares Oliveira, Joana Tavares Reis Raposo, António Abrantes de Almeida, José João Santos da Mata, Aurora da Conceição Marques de Almeida, Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, Fernanda Maria Amaro Tavares, Tiago André Emídio de Sousa Martins (PEV), Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, Cláudio Nuno dos Reis Silva e Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE), para os dias 17, 18 e 22 de junho.**

**4.1.2 - A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU), solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.**

**4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do senhor Deputado Municipal Carlos Fernando Gonçalves Guedes (Ind).**

**4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição do senhor Vereador José Manuel Raposo Gonçalves.**

**4.4 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:**

**4.4.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre “situação do Serviço Veterinário Municipal num caso de criação de pitbulls em situação de maus-tratos”, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2020, ainda não foi respondido;**

**4.4.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Julgados de Paz em Almada, enviado para a Câmara Municipal em 18/5/2020, ainda não foi respondido;**

**4.4.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;**

**4.4.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre requalificação das baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 18/6/2020, ainda não foi respondido;**

**4.4.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre combate COVID-19 Escolas, enviado para a Câmara Municipal em 14/7/2020, ainda não foi respondido;**

**4.4.6 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenções no âmbito da reabilitação, requalificação e da conservação e segurança de imóveis no Concelho de Almada, enviado para a Câmara Municipal em 11/01/2021, ainda não foi respondido;**

**4.4.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre requalificação e modernização do Terminal Fluvial de Cacilhas, enviado para Câmara Municipal a 17/03/2021, ainda não foi respondido;**

**4.4.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Extensão da Linha do MST à Costa da Caparica, enviado para Câmara Municipal a 17/03/2021, ainda não foi respondido;**



**4.4.9** – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque sobre Plano de Recuperação e Resiliência Económica 2020-2030, enviado à Câmara Municipal em 27/02/2021, foi respondido a 17/03/2021;

**4.4.10** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre Informação detalhada e completa sobre a situação da empresa ETC no Porto brandão, enviado para a Câmara Municipal a 07/10/2020, foi respondido a 09/03/2021;

**4.4.11** – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) sobre medidas de combate à pandemia COVID19 de saúde pública e económica, enviado para a Câmara Municipal em 24/4/2020, ainda não foi respondido.

**4.4.12** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) sobre tarifa social de água, enviado para a Câmara Municipal em 29/10/2020, ainda não foi respondido.

**4.5** – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

**4.6** – Foi distribuída a Ata nº 65/XII-4º, a qual, colocada à votação, foi aprovada por unanimidade, e ratificada a respetiva Minuta, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra o Senhor Município Pietro Pedrowi e a Senhora Município Maria Alexandra Marques.

**5.1.1** – O Senhor Município Pietro Pedrowi:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Pietro Pedrowi, sou estrangeiro, sou francês/italiano, falo muito pouco português espero que me possam compreender. Estou aqui porque tenho um problema, depois de dois anos e meio que estou aqui, resido no nº 13 da rua Ilha de São Tomé. Escrevi à Câmara Municipal, que não me responde. É que eu tenho um problema, estou no 4º e último andar, e tenho um vizinho que construiu um piso que não está na carta da Câmara, um piso fantasma, ilegal. Onde trabalha a madeira e onde construiu umas escadas que fazem grande barulho. Quando ele está em casa eu entendo tudo. O problema é que trabalha a madeira, não sei se profissionalmente, porque tem a serra a funcionar e com muitos outros instrumentos profissionais. Eu durante um ano não disse nada e depois há seis meses fui ver o vizinho para perguntar, não trabalhar a madeira porque as escadas estavam muito barulhentas e agora durante o período do coronavírus que não estava bem em fazer trabalhos num piso fantasma. Claro depois seis meses estava um problema claro, mais ou menos físico e comecei a chamar a polícia. A polícia me disse estamos aqui duas vezes, três vezes, agora fiscalizamos já o seu vizinho uma vez para a madeira, uma vez para receções em tempo de COVID, agora é a Câmara Municipal que tem que fiscalizar, porque está construído um piso ilegalmente, o problema é que este piso, pode fazer tudo, trabalhos em madeira.

O problema é que eu escrevi para a Câmara Municipal há oito meses já, e a Câmara Municipal não está fazendo nada. Tenho o número verbal e um segundo número verbal e não sei o que fazer, porque para eu viver na minha casa isto é uma coisa muito desagradável. Claro porque tenho barulho constantemente. Este vizinho é uma pessoa muito conhecida eu não sei se é esta a razão por a Câmara Municipal não me responder, porque não sei o que está fazendo. Se está fazendo a ligação do piso ou vou fazer claramente um processo legal. Gostaria de saber porque a Câmara Municipal não está a responder, porque estou aqui falando na língua que não é português, não é italiano francês, para explicar à Câmara Municipal. Se eu estou a contactar a Câmara Municipal não estou a brincar porque isto já dura há dois anos e meio; é muito tempo na vida de um homem.”

**5.1.2** – A Senhora Município Maria Alexandra Marques:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em primeiro, não gosto nada de me expor. Eu tive que vir a esta Assembleia Municipal porque não gosto de ser ignorada, nem de ver os meus direitos desrespeitados e acredito que ninguém aqui nesta sala gosta. Eu sei que o partido maioritário atual executivo herdou um fardo pesado. Não sei o que aconteceu, se não souberam lidar com a situação, se também ficaram em choque e paralisados, não sei nem estou aqui para julgar. Só estou aqui para mostrar um novo rumo. Não venho questionar sobre o assunto do assédio moral na rede de bibliotecas de Almada. Há dias contava a uma pessoa que uma médica me disse: “tudo isso do assédio está a dar cabo de si”. Continuar a desperdiçar a minha preciosa energia em injustiças deste sistema do nosso país, torna-se ridículo. A partir do momento em que o peso da balança me traz só prejuízos, tenho que ser estratégica e racional e dizer: “não quero isto”. Prefiro transformar esta experiência tão dura em algo produtivo e positivo. Quero ajudar outras pessoas que estejam ou tenham passado pelo mesmo. E esta tremenda vontade que sinto, surge precisamente a partir das enormes dificuldades que senti. Quando se está no fundo do poço, o único caminho é subir em direção à luz como se costuma dizer. Pois bem, esse caminho, reergui-me, tornei-me mais resistente e sei que tenho valor para dar. Sei que mereço respeito. Portanto, apesar de o meu caminho já não ser o da luta inglória por justiça, considero, no entanto, que o serviço público tem que responder aos cidadãos. Os vários emails que fui remetendo aos serviços da Câmara Municipal, ao longo deste quase último ano, não foram respondidos. Há um dever de resposta consagrado na Lei, nomeadamente no Código do Procedimento Administrativo como bem sabem. Não estou aqui a ensinar ninguém. Deixo, pois, a sugestão deste modelo que por acaso, eu fiz uma comunicação e recebi em resposta o seguinte: “Informamos que foi rececionado o seu email, enviado no dia tal, pelas 21H00 o qual foi registado com o número tal, este recebi de comprovativo de entrega é emitido nos termos e para os efeitos do disposto nº 3, do artigo 106º e do artigo 107º, do Código do Procedimento Administrativo. Os melhores cumprimentos”. Pelos meios isto um cidadão merece responder por parte de um serviço público.

Agora gostaria de lançar um desafio ou uma proposta. Neste novo caminho de ajuda que não deixa de ser também autoajuda, porque estamos sempre a crescer e a aprender com os outros, Raul Brandão até diria, “O melhor de cada ilha é a ilha que está à frente”. Mas como eu dizia, surgiu a possibilidade de pensar sobre um grupo biblioterapêutico de apoio à vítima, familiares e amigos. Independentemente, de tipos de violência a que esteve ou que está exposto, a cultura, as artes podem ajudar a curar. Aqui especificamente a literatura. A leitura quer seja de ficção ou não ficção faz-nos sair de nossa própria teias de problemas e olhar para o outro retirando daí outras experiências e quem sabe outras soluções. É mais do que evidente que devemos falar cada vez mais sobre a violência, quer seja esta praticada em casa, na escola ou no local de trabalho. E as autarquias pela sua relação de proximidade com a comunidade, tem um papel determinante daí vir a pergunta: se a Câmara Municipal está disposta a apoiar esta ideia?

Último ponto e por falar de proximidade, posso saber qual o motivo para a Biblioteca Polo da Cova da Piedade continuar encerrada? Mais do que nunca se percebeu a importância de serviços mais diretos personalizados e de acompanhamento durante os diversos confinamentos. Mas se não têm conhecimento é um desafio que aqui deixo porque as bibliotecas itinerantes fizeram um serviço fabuloso, extraordinário e chegaram a muitas populações isoladas durante este confinamento e levaram livros e aliás, até medicamentos e outros serviços. Portanto, houve um colega que até por esse serviço recebeu um prémio, um prémio por boas praticas, e boa pratica seria ver um município a remar contra a maré e não fechar simplesmente uma biblioteca porque ela é pequena, pelo contrário usar disso uma força e aproveitar o contexto privilegiado dessa biblioteca central junto a uma escola a tantas associações desportivas com jovens e com uma população idosa tão mais fragilizada por estes novos e duros tempos. Somando tudo isto teria uma verdadeira biblioteca de forte intervenção social.

Grata sobretudo aqueles que me puseram entraves pelo caminho para eu ficar mais forte.”

**5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Múncipe Pietro, se me permitir eu não consegui captar tudo o que disse, mas terei todo o gosto assim que tiver um momentinho de ir falar consigo para tentar perceber melhor a sua questão. De



qualquer maneira irei localizar, pelo menos perceber para onde é que enviou, se aguardar um bocadinho terei todo o gosto em ir falar consigo ou então, tem alguém do meu gabinete que irá falar consigo para tentar perceber melhor para onde foi enviada a sua queixa e identificar o serviço, não estando aqui a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

Relativamente à Senhora Múncipe Maria Alexandra Marques, eu só vou dar as informações que eu penso que os Senhores Deputados Municipais também já conhecem, porque esta questão tem sido muito falada, esta maioria, este executivo não ficou parado. Isto de facto, é uma história que se arrasta há demasiado tempo, não a ignorou, não ficou parado, fez um primeiro inquérito interno, abriu depois um processo de inquérito, está a decorrer um processo disciplinar, foi reportado ao Ministério Público que arquivou o assunto e tivemos o cuidado para não haver qualquer tipo de interferência possível de ir buscar um instrutor do processo, externo. Esse processo estará mesmo no fim, houve de facto há tempos um pedido de adiamento por questões do último confinamento, portanto, está mesmo no fim e deverá depois naturalmente ser apresentado nos órgãos próprios, neste caso na reunião de Câmara.

Portanto, quero-lhe dizer que não, ninguém ignora, ninguém ignorou e naturalmente aqui o que o executivo tem que fazer é manter a maior imparcialidade possível, tentar aclarar o mais possível a verdade, as várias verdades e não tenha dúvidas que há várias verdades, e registar que a questão do assédio que é uma questão muito grave, muito e que nós nunca minimizamos. E, portanto, é grave muito grave para a vítima, mas também é grave para quem é acusado de o fazer. E, portanto, temos que ter essa noção e temos que olhar estes casos com frieza, com imparcialidade, com rigor e dizer que de facto, mesmo a queixa que apresentamos apesar de as queixas terem que ser apresentadas pelos próprios, enviamos para o Ministério Público e pelas razões que já tínhamos invocado anteriormente, acabou por ser arquivado. Mas mesmo assim, continuamos a apurar o que é que aconteceu internamente e é esse resultado que aguardamos.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:**

**6.1.1- Pelo falecimento de António Coimbra Martins apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS).**

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

António Antero Coimbra Martins, natural de Lisboa, nasceu a 30 de janeiro de 1927. Faleceu no passado dia 19 de maio com 94 anos.

Foi Docente, Político, Diplomata, Deputado e Homem de Cultura.

Em França (onde viveu largos) e em Portugal, devido aos seus cargos públicos e políticos, foi responsável pela resolução de situações delicadas, nacionais e internacionais, que resolveu com excecional diplomacia, intuição política e sucesso. O seu talento e mérito foi reconhecido em ambas as nações.

Em 1961 aderiu ao Movimento de Accção Democrático-Social que em 1964 se converteu em Movimento de Accção Socialista Portuguesa “ASP”,

Em 1973, foi um dos fundadores do Partido Socialista, enquanto delegado da “ASP”. No histórico congresso, realizado em 19 de abril de 1973 em Munstereifel, participou na deliberação e votação da reconversão do Movimento em Partido Socialista.

Em 1965 foi nomeado, subdiretor e bibliotecário da fundação Calouste Gulbenkian em Paris. Colaborou na instalação do Centro Cultural Português.

Em 1997 foi nomeado Diretor do centro cultural da Gulbenkian de Paris e nomeado Embaixador de Portugal em França, cargo que exerceu até 1979.

Em junho de 1983 foi nomeado Ministro da Cultura no IX Governo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De 1986 a 1994 foi eleito Deputado do Parlamento Europeu, tendo nesse período participado em diversas comissões.

A escrita sempre fez parte do seu quotidiano, tendo participado em artigos de cariz político em revistas e jornais. Relativamente aos jornais foi sempre colaborador do Semanário “Acção Socialista” e do “Portugal Hoje”.

Em França foi condecorado com a “Chevallier des Arts et des Lettres”, “Grand Officier de l’Ordre National du Mérite” e “Grand Officier de la Légion d’Honneur”.

Em 1997, foi agraciado com o Grau de Grã-Cruz da ordem do Infante D. Henrique

No dia 25 de abril teve uma das maiores alegrias da sua vida com a Vitória da Revolução dos Cravos, que trouxe a Portugal a Liberdade e a Democracia.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 17 de junho de 2021, presta a justa homenagem e este resistente antifascista e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e à sua família.”

**6.1.2 – Pelo falecimento de Jorge Coelho apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS).**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Jorge Coelho faleceu no passado dia 7 de abril, com 66 anos.

Natural de Contenças, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu, Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho nasceu a 17 de julho de 1954, estudou no Colégio de Santa Maria e São José e licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

Politicamente ativo antes e depois da Revolução dos Cravos, Jorge Coelho filiou-se no Partido Socialista em 1982, onde desempenhou as mais diversas funções e praticamente todos os cargos, exceto o de Secretário-geral, e se manteve como militante até à sua morte.

Jorge Coelho teve uma atividade profissional diversificada, um empenhado percurso político, tendo desempenhado os mais relevantes cargos públicos. Começou muito jovem, em 1983, como chefe de gabinete do secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional, Francisco Murteira Nabo. Mais tarde, entre 1989 e 1991, foi secretário adjunto para a Educação e Administração Pública do governo de Macau.

Em 1995, no XIII governo liderado por António Guterres, assumiu o cargo de ministro adjunto, cargo que, em 1997, acumulou com o de ministro da Administração Interna.

Em 1999, tomou posse como ministro da Presidência e do Equipamento Social e, em 2000, passou a ministro de Estado e do Equipamento Social. Na sequência da queda da Ponte Hintze Ribeiro de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, a 4 de março de 2001, pediu a demissão do governo, assumindo a responsabilidade política pelo acidente.

Foi deputado na V, VI, VII, VIII, IX e X Legislaturas, tendo sido Presidente da Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente.

Foi Conselheiro de Estado, eleito pela Assembleia da República entre 2005 e 2009 e CEO do Grupo Mota-Engil.

Jorge Coelho era uma pessoa singular, com inúmeras qualidades políticas e humanas, que partiu cedo demais e que nos deixa um excecional legado de um político com visão estratégica e de um amigo afetuoso.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17 de junho de 2021, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Jorge Coelho, transmitindo as mais sinceras condolências a todos os seus familiares e amigos.”

**6.1.3 – Pelo falecimento de Natália Vicente apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Louçã (CDU).**

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1/2

Faleceu no passado dia 28 de abril de 2021, Maria Natália Teixeira de Matos Vicente, que desempenhava àquela data o cargo de Presidente da Direção de uma das mais importantes associações de apoio aos mais idosos do Concelho de Almada, a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Cacilhas (ARPIFC).

Nascida na Freguesia de Santar, concelho de Nelas (Viseu) em 1932, filha de um oficial do exército e de uma professora do então Ensino Primário, hoje 1º Ciclo do Ensino Básico, Natália Vicente fez a sua formação no Centro de Estudos Sociais e Corporativos, onde foi aluna de Adérito Sedas Nunes e Mário Murteira, que admirava particularmente.

Frequentou ainda a Alliance Française de Lisboa e o Instituto Francês de Lisboa, tendo vindo posteriormente a especializar-se em Ciências Documentais.

Profissionalmente foi Professora do Ensino Secundário até ao final da década de 60 do século passado, Bibliotecária do Ministério da Educação em Lisboa, e Bibliotecária do Instituto Nacional de Emergência Médica, também em Lisboa.

À data do seu falecimento, e para além de presidente da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Cacilhas, era igualmente Presidente da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Santar, sua terra natal.

Abnegada, combativa, mas sobretudo humilde na sua vida e nas suas lutas, Natália Vicente participou ativamente na vida sindical, destacando-se a forma como empenhou na defesa dos direitos dos trabalhadores, a mesma abnegação, combatividade e humildade que colocava na luta pela defesa da qualidade de vida dos reformados, pensionistas e idosos da Freguesia de Cacilhas e da Freguesia de Santar.

Foi membro do grupo coordenador do movimento sindical da Função Pública e membro da Comissão Instaladora do Sindicato da Função Pública da Zona Sul, tendo percorrido todo o País na mobilização dos trabalhadores da administração pública pela melhoria das condições de trabalho, integrou diversas comissões de trabalhadores do Ministério da Educação, e foi eleita delegada sindical.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia Municipal delibere expressar a toda a família enlutada de Natália Vicente, em particular ao seu Filho Luís Vicente, antigo autarca na Assembleia Municipal de Almada, a todos os reformados, pensionistas e idosos da Freguesia de Cacilhas e de Santar que com ela conviviam quotidianamente e a todos os seus amigos, os mais profundos votos de pesar e a mais sincera expressão de solidariedade num momento tão difícil por que passam, ficando connosco a convicção de que partiu o Ser Humano e a Mulher que foi a Natália Vicente, mas fica connosco o seu exemplo de vida e os frutos do seu intenso e dedicado trabalho.”

**6.1.4- Pelo falecimento de Luís Nunes da Ponte apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS).**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 16 de maio, Luís Nunes da Ponte, aos 75 anos.

Nasceu no Porto, Solidário, Homem de Diálogo, um Democrata.

Fundador do Partido Socialista, em 19 de abril de 1973, sempre ativo e empenhado na Instalação e consolidação da Democracia, Liberdade e Justiça Social.

Licenciado em filosofia, fez o seu percurso profissional na área do turismo.

Esteve ligado ao turismo de Portugal e ao Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), onde desenvolveu o seu trabalho na Áustria e nos EUA.

Foi Diretor do turismo em Macau.

Foi assessor de Jaime Gama na Assembleia da República para a área cultural.

Foi um lutador em prol da liberdade e da democracia em Portugal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pelo seu exemplo, a Assembleia Municipal de Almada delibera manifestar o seu respeito, reconhecimento e profundo pesar pelo falecimento de Luís Nunes da Ponte, endereçando à sua família e amigos os mais sentidos pêsames.”

**6.1.5 –** No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para nos associarmos aos votos de pesar aqui apresentados, a todos eles, naturalmente tanto os do Partido Socialista como aquele apresentado pela CDU, dado que também já tivemos a ocasião em sede de reunião de Câmara, de aprovar estes votos de pesar e naturalmente expressar as nossas condolências e solidariedade com todos os familiares amigos/as de todos aqueles que foram aqui hoje evocados.”

**6.1.6 -** Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo sido todos aprovados por unanimidade.

**6.1.7 –** Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

**6.2 –** Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

**6.2.1 –** A Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU), para apresentar a saudação “Pelo 50º Aniversário da Companhia de Teatro de Almada”

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A encenação da peça teatral “Vida do Grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança”, escrita em 1733 pelo dramaturgo António José da Silva, “O Judeu”, alcançou em 1972 o prémio da crítica para o teatro amador, a primeira de muitas distinções e reconhecimento públicos atribuídos, ao longo de 50 anos de vida, à Companhia de Teatro de Almada.

Em 24 de abril de 1971, um ano antes da atribuição daquele prémio, era fundado por Joaquim Benite, acompanhado por um conjunto de jovens atores amadores, o então Grupo de Teatro de Campolide.

Em 1977, o grupo profissionalizou-se e instalou-se no Teatro da Trindade, em Lisboa. Um ano depois, no âmbito do movimento de descentralização cultural, o grupo instalou-se no teatro da Academia Almadense, onde se manteve até 1987. Criando e fortalecendo as raízes que ligam o grupo à Cidade de Almada, foi neste período que adotou a nova designação de Companhia de Teatro de Almada.

O antigo mercado abastecedor municipal, em pleno coração de Almada Velha, transformado em 1988 no Teatro Municipal de Almada, acolheu então a Companhia de Teatro de Almada. Aí permaneceu até ao ano de 2006, quando o novo Teatro Municipal Joaquim Benite, projetado pelos Arquitetos Manuel Graça Sias e Egas José Vieira, e expressamente concebido, desde a génese do projeto, para albergar a Companhia de Teatro de Almada e o seu projeto teatral e cultural, foi inaugurado e iniciou a sua atividade regular.

O vasto trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada ao longo de meio século de atividade ininterrupta, assenta numa perspetiva de serviço público de Cultura, que aposta essencialmente na promoção e divulgação da dramaturgia nacional, no permanente trabalho de criação e mobilização de públicos, não apenas para o usufruto do teatro e outras artes do palco, mas também para a formação de novos criadores, na programação de temporadas regulares anuais, com uma oferta muito diversificada, num plano de atividades de serviço educativo, e no envolvimento ativo das populações nas atividades do Teatro Municipal Joaquim Benite.

De toda a atividade da Companhia de Teatro de Almada, destaca-se a organização do Festival de Teatro de Almada, que assume há 38 anos consecutivos uma dimensão e referência nacional e internacional, e cuja 38ª edição, que será amanhã publicamente apresentada, decorrerá em julho de 2021, reeditando aquele que é considerado o mais importante festival de teatro em Portugal e uma das mais importantes e significativas mostras das artes do palco em toda a Europa.



Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Expressar a mais viva e veemente saudação à Companhia de Teatro de Almada, aos seus atores, aos seus profissionais das mais diversas áreas de atividade, aos seus múltiplos públicos, ao Clube de Amigos da Companhia de Teatro de Almada, e em particular ao seu Diretor, e Encenador Rodrigo Francisco pelo 50º Aniversário da fundação da Companhia de Teatro de Almada.
2. Sublinhar o relevante papel na democratização da produção, do acesso e da fruição culturais, traduzido numa inequívoca elevação do nível cultural das populações, papel que lhe é unanimemente reconhecido em todas as latitudes e longitudes.
3. Relembrar e sublinhar, nesta celebração, o trabalho pioneiro, abnegado, decidido e de extrema qualidade desenvolvido pelo fundador da Companhia, Joaquim Benite, trabalho que fundou e consolidou os alicerces de excelência que hoje caracterizam o trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada.”

**6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), para apresentar a moção “Solidariedade com os trabalhadores dos TST – trabalhadores exigem atualização salarial digna.”**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 20 de Maio de 2021, os trabalhadores da empresa Transportes Sul do Tejo (TST), decidiram em plenário de trabalhadores conceder um prazo de 15 dias para que a empresa respondesse à sua justa reivindicação de urgente atualização salarial na empresa.

Esgotado aquele prazo, e considerando a ausência de qualquer resposta por parte da administração da empresa, os trabalhadores decidiram avançar com novas formas de luta, agendando paralisações do trabalho para os dias 9 e 11 de junho de 2021.

Confrontada com a expressão de unidade demonstrada pelos trabalhadores, que se traduziu numa adesão à greve no dia 9 de junho superior a 90%, a Administração da empresa entregou uma proposta que não responde aos compromissos anteriormente assumidos com os sindicatos, e que fica muito aquém da reivindicação central dos trabalhadores, ao propor 7 euros de aumento salarial a aplicar apenas em janeiro de 2022.

Neste contexto, os trabalhadores de novo reunidos em plenário, decidiram manter a greve convocada para dia 11 de junho, a qual veio a conhecer uma adesão superior a 95%, reforçando a sua unidade e mandatando os sindicatos para avançar com novas formas de luta.

A Administração da empresa conhece a reivindicação dos trabalhadores para um aumento de 50 euros nos salários, fixando o salário fique no valor de 750 euros, valor ao qual exigem que se acrescente o subsídio de agente único, numa base das 8 horas de trabalho, sendo estes os valores de base para as negociações da revisão salarial para o próximo ano.

O aumento real dos salários é uma exigência justa e inadiável, tanto mais quando existem cada vez mais trabalhadores que empobrecem trabalhando.

O caminho não pode ser a aplicação do salário mínimo à generalidade dos trabalhadores.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 17 de junho de 2021, delibere manifestar a sua solidariedade com os trabalhadores dos TST na sua luta pelos aumentos salariais e pela melhoria das suas condições de vida.

Se aprovada, esta moção deverá ser remetida às Organizações Representativas dos Trabalhadores da Empresa Transportes Sul do Tejo.”

**6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE), para apresentar a recomendação a moção “Pelo fim da violência de género e por medidas efetivas de combate ao crime de violação.”**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A violência de género continua a ter um impacto devastador na sociedade portuguesa. Nas suas várias expressões, assenta num modelo de organização da sociedade que teima em minorizar o papel das mulheres em várias dimensões da vida: trabalho, escola, política, família.

Reconhecemos os muitos avanços que têm sido conseguidos e que têm permitido, aos poucos, trazer mais justiça e igualdade, mas ainda há muito trabalho por fazer, nomeadamente na forma como se tratam crimes sexuais como a violação. Recordamos que o debate sobre a violência doméstica foi longo e precisou de muitas vozes para alcançar avanços legais substantivos, e num momento em que tantos casos repugnantes de violência sexual têm vindo a público é necessário retomar esta discussão.

Os crimes sexuais atingem, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, estes crimes carregam a marca de género e continuam a ser uma das formas de violência de género mais invisíveis.

Não é por acaso que, de acordo com os dados dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), nenhuma mulher foi detida por violação. Todos os arguidos são homens. A esmagadora maioria das vítimas é mulher.

A violação manifesta-se como uma das mais abjetas e extremas formas de opressão e dominação das mulheres e configura um atentado aos direitos humanos das mulheres, à sua integridade física e emocional, à sua liberdade e autodeterminação sexual. Deixa, na maior parte das vezes, feridas profundas para o resto da vida. No entanto, e apesar do seu impacto na sociedade, a média europeia de condenações do crime de violação é de apenas 14%.

O Relatório Anual de Segurança Interna regista 431 queixas por violação em 2019. Uma subida de 2,4% face ao ano anterior. É o terceiro ano consecutivo de subida dos casos registados de violação. Os arguidos em casos de violação são quase todos homens (99,3%) e as vítimas são principalmente as mulheres (91,9%). Frequentemente os agressores são pessoas conhecidas (35,9%) ou familiares (22,1%).

Num juízo análogo ao que se levou a cabo para a violência doméstica, é importante reforçar a ideia de que a violação e a coação sexual são assuntos que não podem ficar por investigar e que se trata de uma responsabilidade de toda a comunidade. À semelhança do crime de violência doméstica, este não pode ser considerado um crime do foro privado.

Onde existir uma mulher agredida, abusada, violada, existe um atentado aos Direitos Humanos. É, pois, necessário criar o dever, que toda a sociedade deve respeitar, de denunciar qualquer caso de violação de que tenha conhecimento. Importa, como se vê, mudar a natureza dos crimes de violação e de coação sexual, tornando-os crimes públicos.

As notícias que com alguma frequência nos dão conta de casos de violação ou tentativa de violação não podem deixar ninguém indiferente e alertam-nos para a necessidade de alterações profundas.

No dia 24 de fevereiro, um jovem de 21 anos foi detido pela Polícia Judiciária por fortes indícios de um crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência. A vítima será uma amiga do suspeito que terá ficado inconsciente na sua festa de aniversário, em Lisboa.

Estas situações preocupantes não são inéditas e são apenas a ponta do iceberg. Do ponto de vista municipal, e considerando o trabalho feito no caminho de construção de programas que pretendem aumentar a consciência para estes problemas e a procura de soluções, consideramos que deve ser tomada uma posição clara de repúdio contra a violência de género e, em particular, contra os crimes sexuais. Mas, mais do que isso, é importante tomar ação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 17 de junho de 2021, delibera,

1. Condenar todos os crimes sexuais contra as mulheres.
2. Instar a Assembleia da República a tomar as medidas necessárias com vista a consagrar o carácter de crime público aos crimes de violação e coação sexual."



**6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN), para apresentar um voto de saudação “Dia Mundial do Ambiente”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Mundial do Ambiente é celebrado todos os anos a 5 de junho desde 1972, data em que teve início a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Estocolmo acolheu a primeira conferência da ONU a debruçar-se sobre esta temática e desde então o número de eventos acerca do meio ambiente não parou de aumentar. No entanto, o conhecimento sobre os impactos que as nossas atividades e estilo de vida têm na natureza, não se traduz em medidas e resultados práticos para inverter a trajetória de destruição que temos vindo a percorrer.

Em 1969, uma pesquisa inédita da ONU sobre questões ambientais globais, emitia um alerta severo: “se as tendências atuais continuarem, a vida na Terra pode estar em perigo”. Desde então, passaram cinquenta e dois anos. De acordo com dados da WWF, em cinco décadas, o mundo perdeu mais de dois terços das populações de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes, devido à atividade humana. A temperatura na Terra tem vindo a aumentar, sendo os últimos cinco anos os mais quentes desde que há registos. Refere ainda a ONU que “as alterações climáticas representam uma emergência sem precedentes”, acrescentando o IPCC que “nunca a destruição foi tanta e tão rápida e governos e comunidade internacional estão a falhar no combate à crise climática”. Milhões de pessoas terão de deixar as suas casas e regiões costeiras e ilhas irão desaparecer devido ao aumento do nível das águas do mar, estando Portugal e particularmente o Concelho de Almada entre as áreas ameaçadas.

Chuvas torrenciais, secas prolongadas, ondas de calor, tornados e outros fenómenos meteorológicos extremos são cada vez mais recorrentes. Muitas espécies vegetais e animais estão em estado de forte vulnerabilidade e em risco de extinção face às alterações do clima e do seu habitat colocando em sério risco diversos ecossistemas cujas consequências de colapso, sendo de indiscutível gravidade, são de imprevisível mensuração. Os glaciares estão a derreter mais depressa do que o esperado colocando também sob forte pressão todo o equilíbrio no planeta e sendo uma significativa ameaça às espécies que o habitam, incluindo a humana.

Recordando uma citação de David Orr, com quase 30 anos, “num dia normal, os seres humanos produzem 15 milhões de toneladas de carbono, destroem 30.000 hectares de floresta tropical e 18.600 hectares de terras cultiváveis, ameaçam de extinção entre 40 e 100 espécies e aumentam a sua população em 250 mil pessoas. Ontem, hoje e amanhã”.

Torna-se assim claro que é imperativo mudar a forma como vivemos e como nos relacionamos com a natureza. Os problemas ambientais não deverão estar na agenda, mas ser a agenda, pois nenhum outro assunto político, económico ou social passará incólume a esta crise.

Deste modo, a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 17, 18 e 22 de junho de 2021, delibere saudar o Dia Mundial do Ambiente e a importância vital da sua preservação.”

**6.3 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Maria Luís Albuquerque (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), João Geraldês (CDU), Artur Alfama (PAN), José Rocha (BE), Ivan Gonçalves (PS) e a Senhora Presidente da Câmara.**

**6.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às moções apresentadas, o PSD votará favoravelmente as moções apresentadas pela CDU, a saudação ao Teatro de Almada e de solidariedade com os trabalhadores dos TST, bem como a saudação ao Dia Mundial do Ambiente apresentada pelo PAN.

Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, solicitamos ao Senhor Presidente da Mesa que coloque à votação os dois pontos da parte deliberativa separadamente. No primeiro ponto votaremos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

naturalmente a favor, no segundo ponto entendemos que sendo uma matéria que exige ponderação cuidada e não sendo a Assembleia Municipal um órgão legislativo, não temos nem possibilidade de acesso a informação completa, nem audição de especialistas que nos permitam formar uma opinião devidamente ponderada, cuidada e informada relativamente a esta matéria. E, portanto, neste segundo ponto o PSD irá abster-se.”

### 6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Período de Antes da Ordem do Dia tem poucos documentos, não é muito habitual, mas o CDS-PP deixa aqui apenas algumas considerações.

Irá votar favoravelmente todos estes documentos, mas gostaria de fazer aqui considerações relativamente a três.

Primeiro que tudo, saudar o 50º Aniversário da Companhia de Teatro de Almada e reconhecer a importância que esta instituição tem para o Concelho, para o país e também para o mundo. Quero lembrar aqui o saudoso Joaquim Benite, o qual deu o pontapé de saída neste grande projeto que foi o teatro, que hoje em dia a Companhia de Teatro de Almada e saudar também o atual diretor Rodrigo Francisco. Faz parte da cultura, faz parte da história de Almada e não poderia deixar de saudar e apreciar a moção que aqui a CDU nos traz e o reconhecimento deste grande trabalho em prole da cultura em Almada.

Depois relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, o CDS-PP vai também votar a favor. Queria apenas aqui lembrar uma questão. Infelizmente os crimes sexuais não são só contra as mulheres, e hoje em dia infelizmente, também quer os idosos, quer nomeadamente as crianças sofrem deste flagelo. Portanto, o CDS-PP votará favoravelmente, mas deixa apenas aqui também esta ressalva.

Depois relativamente à moção sobre o Dia Mundial do Ambiente, o CDS-PP como é evidente, irá votar favoravelmente a saudação desde dia, entendemos também que todas aquelas políticas que foram implementadas quer a nível municipal, quer a nível governamental e quer a nível mundial, tudo aquilo que seja para diminuir a pegada ecológica é benéfico para a sociedade e para o futuro das sociedades. De qualquer forma há aqui algumas considerações que do nosso ponto de vista, carecem de alguma apreciação mais científica, mas o documento em si não tira o seu valor e, portanto, votaremos a favor deste documento sobre o Dia Mundial do Ambiente.”

### 6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Embora desnecessário porque já aqui foi pedido o voto por pontos, a CDU reitera o pedido para que a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda seja votada por pontos, sendo que votaremos naturalmente a favor do primeiro ponto e iremos votar contra o segundo ponto, pelas seguintes razões: a matéria que aqui é trazida foi discutida na Assembleia da República muito recentemente, mais concretamente no dia 15 de abril de 2021. Precisamente em torno de uma proposta que foi apresentada na Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda e uma outra pela Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, uma proposta que foi rejeitada pelos votos do PS, PSD, PCP e PEV na Assembleia da República. Neste quadro, pensamos que é extemporâneo, que a Assembleia Municipal, passado pouco mais de dois meses desta decisão da Assembleia da República, e mais ainda em final de legislatura, inste a Assembleia da República voltar a discutir esta matéria. Mas além disso, importa não esquecer os pareceres que sobre esta matéria foram dados pela Ordem dos Advogados, pela Associação de Apoio à Vitima, e pelo Conselho Superior de Magistratura, que lembram que este crime não deve ser considerado como um crime de natureza pública, mas sim, semipúblico, pareceres que destacam um número considerável de vítimas que não deseja denunciar, simplesmente porque quer esquecer o que aconteceu. Nestas circunstâncias, o legislador deve ser sensível a esta realidade, entendemos que não é atribuindo natureza pública a este tipo de crimes, que melhor se protegem as vítimas deste tipo de crimes.

Depois relativamente ao documento apresentado pelo PAN, ainda que não nos revejamos nos considerandos da proposta, que ficam muito aquém daquilo que seria necessário considerar, designadamente, no que respeita



à denúncia da responsabilidade que cabe ao atual modo de produção capitalista, relativamente às questões das alterações climáticas, e responsável pela situação que estamos a viver na sociedade contemporânea atual, não deixamos naturalmente de saudar as iniciativas que são integradas no Dia Mundial do Ambiente, e, portanto, iremos votar favoravelmente a proposta do PAN.”

**6.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Embora naturalmente a Câmara Municipal não vote estas moções, mas não podia deixar de intervir aqui, por um lado, para nos associarmos naturalmente à saudação pelos 50 anos desta grande Companhia que é a Companhia de Teatro de Almada, agradecendo tudo o que ela trouxe ao nosso Município, tudo o que ela trouxe ao mundo artístico e criativo português, naturalmente lembrando Joaquim Benite, o seu fundador, dirigindo ao Senhor Diretor Rodrigo Francisco umas palavras, mas também lembrando o resto da direção e toda a Companhia, e não podia deixar de mencionar essa grande atriz chamada Teresa Gafeira que está desde o início na Companhia e também o Carlos Galvão, os três membros da direção. Portanto, é um orgulho imenso ter esta Companhia no nosso território, é um orgulho imenso que ela tenha o nome de Almada e eleve onde quer que passe longe o nome de Almada e, portanto, a Câmara Municipal quer associa-se a esta saudação.

Muito rapidamente também, dizer que a Câmara Municipal acompanha não só a legislação, mas com grande preocupação esta questão de facto, pela violência de género e em particular toda a legislação relativa aos crimes sexuais de violação, e de assédio sexual e no caso da violação.

Portanto, acho que é uma matéria que nos interpela a todos, independentemente do quadro em que estamos inseridos e nestes crimes contra as mulheres.

E naturalmente, a questão de lembrar aqui a importância de saudarmos o Dia do Ambiente embora de facto, a pressão sobre o ambiente, a necessidade de agirmos sobre o ambiente, não se pode nunca limitar a uma lembrança de um dia, tem que ter uma ação constante e permanente, mas por isso é que estes dias também servem.”

**6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para manifestar o nosso sentido de voto em relação às propostas que se encontram em apreciação. Iremos votar favoravelmente todas as propostas gostava, também de me associar especialmente à saudação aos 50 anos da Companhia de Teatro de Almada, pela ligação afetiva profunda que tenho, pelos saudosos Joaquim Benite, Canto e Castro, António Assunção e tantos outros, a nossa Teresa Gafeira também, todos eles andaram literalmente comigo ao colo desde esses tempos em que eu era criança e que tinha essa ligação afetiva e gostaria de deixar aqui então em particular a minha associação em especial a este voto.”

**6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que iremos votar favoravelmente todos os documentos que foram apresentados hoje nesta Assembleia Municipal, e que não temos problemas em aceitar que seja votado na moção que apresentamos os dois pontos da parte deliberativa em separado.”

**6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista votará favoravelmente a maioria das moções que estão aqui à apreciação.

Votaremos e associamo-nos naturalmente, à saudação à Companhia de Teatro de Almada, desejando que este Festival de Teatro que em breve começará, tenha todo o sucesso.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à moção da CDU, que diz respeito à luta dos trabalhadores ou às reivindicações dos trabalhadores da TST, o Partido Socialista abster-se-á, parece-nos que esta é uma questão que diz respeito fundamentalmente aquilo que são as reivindicações dos trabalhadores e da sua entidade patronal de uma empresa privada e nesse sentido também nos parece, que a nossa posição é de abstenção relativamente a este tema.

No que toca à moção do Bloco de Esquerda, não obstante todas as considerações que são feitas e que nós acompanhamos com veemência, temos uma posição, aliás, grande parte daquilo que ia dizer já foi dito pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, associamo-nos também às suas palavras, a verdade é que este tema já foi discutido, aliás, o tema que diz respeito ao segundo ponto da moção já foi discutido na Assembleia da República há não muitas semanas e, portanto, não vale a pena também aqui replicarmos essa discussão. E temos de facto, algumas dúvidas relativamente a esta matéria, é óbvio que nos preocupa aquilo que é e esse deve ser a principal questão que deve ser protegida do interesse da vítima, da proteção das vítimas que são na sua esmagadora maioria, mulheres às mãos de violência de homens e de violência que é cometida por homens, portanto, esse é um problema da nossa sociedade que acompanhamos. Aquilo sobre o qual temos dúvidas, é sobre o facto se deve existir a criminalização, aliás, a instituição do crime público para resolver estes casos, porque há algumas questões que de facto se põem. Este debate já foi feito na Assembleia da República este ponto foi até chumbado. E, portanto, parece-nos extemporâneo que ele venha a ser discutido nesta Assembleia Municipal, apesar de nos abstermo-nos neste ponto, porque temos de facto algumas dúvidas, algumas delas já foram enumeradas pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, como é o facto de existirem grande parte das instituições que lidam com as vítimas serem contra esta criação de crime público. Há de facto, também, desde 2015, que nos casos em que há coação o Ministério Público pode instaurar um processo contra o agressor independentemente daquela que é a vontade da vítima, e aquilo que está verdadeiramente em causa e que nos coloca algumas dúvidas, é se a vontade do Estado se deve sobrepor aquela que é a vontade da vítima, quando estamos a falar de vítimas adultas e que muitas das vezes não têm intenção de dar continuidade a uma queixa deste tipo, porque sentem que essa não é a melhor forma de proteger os seus interesses, e porque por exemplo, em grande parte dos casos nós estamos a falar por exemplo do direito ao anonimato que as vítimas também devem ter, ou no caso até nos crimes deste tipo ser necessário fazer exames invasivos, para os quais necessariamente não podem ser feitos sem o consentimento da própria vítima.

Portanto, temos dúvidas relativamente à definição de crime público, mas há uma matéria sobre a qual não temos dúvida nenhuma, é que aquilo que todos pretendemos, é proteger as vítimas, e que a melhor forma de o fazer, é com uma vigilância atenta de todos mas sem prescindir daquilo que são os direitos individuais de cada um, por exemplo, se existisse crime público relativamente a este tipo de crimes, uma terceira pessoa poderia denunciar um ato de uma pessoa relativamente a outra, contra a sua vontade. Ou seja, estamos a falar de coisas que não são simples e de casos que são diferentes daqueles que, por exemplo, se colocam com a violência doméstica em que o crime público já existe.

Portanto, neste ponto em particular, vamos nos abster e mais uma vez, com uma certa solidariedade e preocupação relativamente ao combate que deve ser feito por todos e por todos os agentes políticos relativamente a estes crimes, a nossa dúvida prende-se apenas com a melhor forma de fazer este combate, salvaguardando aquilo que é o interesse mais importante no meio de todo este processo, que é o interesse das vítimas e que mais uma vez e reitero, que são na sua esmagadora maioria mulheres vítimas de agressões perpetradas por homens.”

**6.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:**

**6.4.1 – A saudação “pelo 50º Aniversário da Companhia de Teatro de Almada” foi aprovada por unanimidade;**

**6.4.2 – A moção de “solidariedade com os trabalhadores dos TST – trabalhadores exigem atualização salarial digna” foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 13 abstenções dos**



eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram.

**6.4.3** – A moção “Pelo fim da violência de género e por medidas efetivas de combate ao crime de violação” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

**6.4.3.1** – O ponto 1 foi aprovado por unanimidade;

**6.4.3.2** – O ponto 2 foi rejeitado por maioria com 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 18 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP e 4 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN.

**6.4.4** – O voto de saudação ao “Dia Mundial do Ambiente” foi aprovado por unanimidade.

**7** – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

**7.1** – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem do Dia relativa a apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento.

**7.1.1** – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), presidente da 1ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

A comissão realizou uma reunião, no dia 14 de junho de 2021, onde foram apresentados os relatórios do ano de 2020 relativos à gestão da Câmara Municipal de Almada, dos SMAS, da Wemob, da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada, da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local e da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local.”

**7.1.2** – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU), presidente da 2ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão suprarreferida durante o primeiro semestre de 2021.

De referir que durante este período registou-se uma solicitação de reunião.

Conforme consta na ata n.º 12/XII 4.º/2017-21, as matérias apresentadas nesta reunião foram apreciadas pela Comissão relativas ao aditamento ao artigo 8.º da Assembleia Municipal Jovem que estabelece o regime excecional do exercício de voto em virtude da situação epidemiológica da Covid-19.

Quanto à situação que é comum à 2.ª e 4.ª Comissões, relativamente à demolição da antiga Escola Primária da Sobreda, continuamos a aguardar as peças processuais da construção da rotunda na EN 10-1; a Carta do Património; e a escritura de cedência da antiga Escola Primária da Sobreda, solicitados formalmente por via de requerimento à Câmara Municipal através do Órgão Deliberativo do Município.”

**7.1.3** – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS), presidente da 3ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Âmbito de Ação da Comissão: A 3.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada (Ambiente e Qualidade de Vida) tem a atividade circunscrita às seguintes áreas de intervenção do município: Ambiente, Espaços Verdes, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico e Direitos dos Animais.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Cumprindo o disposto no artigo 86.º do Regimento da AMA apresenta-se o previsto relatório de atividades para ser apresentado na próxima Assembleia Municipal.

Por forma a facilitar a observação da atividade da comissão, o presente relatório está estruturado em três partes, a saber: a primeira reflete as reuniões havidas; a segunda identifica as matérias e os trabalhos nesse âmbito; a terceira identifica a sua atividade externa.

Reitera-se que a estrutura deste relatório visa facilitar a observação dos trabalhos realizados pela comissão, sendo certo que todas as partes estão indissociavelmente interligadas

**A. Reuniões Ordinárias:** A terceira comissão prosseguiu os seus trabalhos, tendo adequado a forma de realização das suas reuniões às condições resultantes da evolução da pandemia. Assim, a esmagadora maioria das reuniões e audições temáticas acabaram por se realizar por videoconferência. Neste último mês já foi

possível a realização de duas visitas externas e está prevista para a semana uma reunião presencial para se efetuar um ponto de situação dos trabalhos em curso, considerando a aproximação do fim do mandato.

Feito este apontamento, a comissão prosseguiu os seus trabalhos sobre as seguintes matérias: Sovena, Fonte da Telha e ETAR's.

**B. Matérias objeto de trabalho pela comissão.**

1. Fonte da telha: A comissão abordou esta temática com grande profundidade. O conjunto de entidades e peritos ouvidos muito contribuíram para a substância dos trabalhos. Relembra-se que passaram pela comissão a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, a CCDR, a APA, a equipa da Universidade Nova que produziu o estudo sobre a Fonte da Telha, a Associação Zero e o Dr. Sérgio Barroso.

Registo a participação empenhada e interessada de todos os senhores deputados que compõe esta comissão, encontrando-se os trabalhos em fase de conclusão.

2. Sovena: Outra temática sobre a qual a comissão produziu trabalho de enorme qualidade.

Neste momento aguarda-se o envio dos resultados do estudo sobre odores para que possam ser produzidas as conclusões e encerrados os trabalhos.

3. ETAR: O assunto mais recente e que, por razões sobejamente conhecidas, só nos últimos tempos se deu início aos trabalhos. Concretizadas as visitas programadas vão seguir-se as audições que se afigurem necessárias.

**C. Atividade externa:** relembra-se que a designação atividade externa visa unicamente sistematizar a informação, simplificando a leitura do trabalho feito pela comissão e diz respeito a tudo aquilo que, resultando da discussão e conclusões das reuniões ordinárias, acabou concretizado através de visitas externas, audições e perguntas a outras entidades, vejamos então:

A comissão concretizou as programadas visitas às quatro ETAR'S – Valdeão, Portinho da Costa, Mutela e Quinta da Bomba, com a presença do Sr. Vereador Miguel Salvado e da Sra. Vereadora Teodolinda Silveira.

Por último: está em cima da mesa a possibilidade de ser abordada a temática das alterações climáticas."

**7.1.4 –** O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), presidente da 4ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em cumprimento do disposto no artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada (AMA), apresenta-se o relatório de atividades da 4ª Comissão Permanente cujo âmbito de ação incide sobre Urbanismo, Espaço Público, Acompanhamento do Plano Diretor Municipal (PDM), Turismo, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Económico.

No primeiro semestre do ano de 2021 realizou-se uma reunião da 4ª Comissão Permanente, no dia 13 de maio.



12

Esta reunião contou com a presença da Senhora Presidente da Câmara de Almada e de técnicos camarários dos quais se fez acompanhar, e teve como objeto uma atualização do ponto de situação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara descreveu os passos já dados ao longo do presente mandato, incluindo os trabalhos realizados e a identificação das entidades que foram já envolvidas no processo, dando cumprimento ao que a lei estabelece. A expectativa transmitida aos membros da 4ª Comissão Permanente é de que o processo esteja concluído no prazo de 1,5 a 2 anos.

No que se refere ao assunto que vem sendo acompanhado pelas 2ª e 4ª Comissões Permanentes desta Assembleia, relativo ao requerimento apresentado por dois Senhores Múncipes sobre a demolição da antiga escola primária da Sobreda, e de que foi dada conta no relatório apresentado na sessão de dezembro de 2020, apesar das múltiplas insistências feitas pelos Presidentes de ambas as comissões, continua em falta a resposta da Câmara Municipal ao pedido de elementos. Recorde-se que o pedido de informação em causa data de final de outubro de 2020. Assim, e apesar do tempo decorrido, a 2ª e a 4ª Comissões Permanentes viram-se impedidas de dar seguimento ao assunto, designadamente proporcionando uma resposta completa e informada aos Senhores Múncipes requerentes.”

**7.1.5 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), presidente da 5ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No cumprimento do artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, apresentamos o relatório de atividades referente ao 1º semestre de 2021.

#### **1 – Atividade Desenvolvida**

No primeiro semestre de 2021, (janeiro a junho), realizou a 5ª Comissão 7 reuniões.

Reuniões com a vereação, com entidades externas, nomeadamente com o IRHU, e CPCJ de Almada e de carácter de funcionamento interno.

As reuniões com a vereação, na pessoa da vereadora Teodolinda Silveira decorreram em dois momentos distintos, uma primeira reunião sobre o desenvolvimento do Plano Municipal de integração da comunidade cigana e uma segunda reunião sobre a situação da pandemia no nosso concelho e as respostas de apoio dadas à população.

Na reunião com o IRHU foram os deputados desta comissão informados sobre várias questões, nomeadamente o ponto de situação relativamente aos concursos e adjudicação de obras, à reabilitação dos bairros de responsabilidade do IRHU, à situação de ocupações ilegais que ocorrem com frequência em Almada, aos protocolos de atribuição de casas a vítimas de violência doméstica, à alteração do perfil da população que recorre à habitação social que é atualmente mais próxima da classe média que vem trabalhar na área do turismo.

Relativamente à CPCJ, esclareceram que durante o primeiro confinamento fecharam o espaço físico, mas continuaram o trabalho de acompanhamento processual com contactos telefónicos, usando as plataformas possíveis para reuniões e visitas domiciliárias apenas em situações de grande urgência.

O aumento processual no primeiro ano de pandemia não foi muito significativo, cerca de 60 processos mantendo-se as problemáticas que já eram idênticas no ano anterior. Constatam que atualmente o volume processual está a aumentar bem como o número de sinalizações no âmbito da violência doméstica.

Debateram-se com a falta de recursos das crianças e jovens ao passarem para o estudo online, dado que muitos não tinham computadores tendo conseguido apoios da rede social institucional.

Têm dificuldades com recursos humanos considerando que há entidades que não colocam os seus representantes a tempo inteiro.

Debatem-se com a escassez de recursos ao nível da saúde mental para adultos e crianças.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No âmbito da aplicação das medidas de acolhimento, a resposta de acolhimento familiar é inexistente no distrito de Setúbal, pelo que não têm alternativa ao acolhimento institucional. Em 2020 foram rececionadas 1195 sinalizações.

### 2. Atividade a realizar

Encontram-se agendadas para junho e julho reuniões com a Associação de Inquilinos Lisbonenses, Associações de Migrantes e comunidade cigana.

Aguarda agendamento reunião com as entidades do concelho que prestam apoio alimentar no âmbito do POAPMC.

### 3. Atividade Pendente

Encontram-se pendentes de resposta:

Pedido de reunião à vereação sobre a CURPIC, desde outubro 2020.

Pedido de reunião à vereação sobre habitação social de responsabilidade municipal e protocolo com o IRHU, desde outubro 2020.

Resposta da Sra. Vereadora sobre a forma como o apoio alimentar, se encontrava a ser prestado aos munícipes residentes na Costa da Caparica pelo Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição, no âmbito do PAS.”

**7.1.6 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE), presidente da 6.ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No cumprimento do artigo 86.º do regimento da Assembleia Municipal de Almada, apresentamos o relatório de atividades referente ao primeiro semestre do ano de 2021, hoje apresentado em sessão da Assembleia Municipal.

Ao longo deste 1.º semestre de 2021, a 6.ª Comissão deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver na área dos transportes públicos, tendo realizado reuniões com o Sindicato dos trabalhadores dos transportes e com a Comissão de trabalhadores dos Transportes Sul do Tejo.

Ouvimos as suas preocupações sobre as condições de trabalho, as péssimas condições do material circulante, as constantes queixas dos utentes, e o excesso de horas extras, como forma de compensar os baixos salários, com a solução prometida pela administração de equiparar os salários aos dos trabalhadores da Carris.

Reunimos com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e com a Área Metropolitana de Lisboa, onde foram colocadas várias questões pelos deputados que compõem a comissão, sobretudo sobre quais as perspetivas de futuro nestas áreas, tendo em conta o término do mega concurso e a elaboração dos novos contratos; a complementação e sincronização dos vários meios de transportes públicos; a necessidade de mecanismos de fiscalização mais adequados e eficazes com vista a salvaguardar o cumprimento dos serviços contratualizados; o aumento de carreiras; a frequência e otimização do tempo de percurso; a renovação das frotas devidamente preparadas para a mobilidade reduzida; a acessibilidade aos serviços de saúde, nomeadamente a acessibilidade em todos os veículos, tendo em conta o envelhecimento da população.

Ouvimos os presidentes das várias Freguesias do Concelho, bem como a Comissão de utentes dos transportes públicos da Margem Sul do Tejo, com o propósito de aferir um conhecimento mais profundo desta realidade, do pobre serviço prestado ao longo dos últimos anos no sector dos transportes públicos, e também com vista a munir a Comissão de elementos que nos permitam, enquanto deputados nesta Assembleia, dar o nosso contributo para encontrar soluções eficazes e permanentes.

Reunimos na primeira semana do mês de abril de 2021 com a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, e o Sr. Diretor Municipal, Gabriel Oliveira. Nesta reunião foi-nos apresentada a nova rede de transportes públicos para o Concelho de Almada. Nesse sentido, foi solicitado pelo Presidente da Comissão e



11

pelos deputados que a constituem que o documento em causa fosse enviado à Comissão, com a oferta detalhada de transportes das carreiras, horários e frequência, no pressuposto de dispormos de um instrumento que contribuísse para um trabalho mais profícuo desta Comissão. Contudo, lamentamos que até à data da apresentação deste relatório o documento solicitado ainda não nos tenha chegado em mãos, pelo que voltamos a requerer o seu envio o quanto antes.

De resto, os trabalhos empreendidos por esta Comissão decorreram com a normalidade possível, tendo em conta o contexto pandémico que nos continua a assolar, sempre na base de um espírito salutar e com vista ao bem comum e à melhoria das condições de vida das e dos cidadãos almadenses, no que diz respeito às temáticas da segurança dos cidadãos, proteção civil, transportes e mobilidade.”

**7.1.7 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como esta apresentação dos relatórios das Comissões é semestral e como caminhamos para final deste mandato, o CDS-PP não poderia deixar de saudar os Presidentes das Comissões, tal como também os Deputados Municipais que nelas participaram.

Relativamente ao CDS-PP e por força do Regimento, tem assento apenas em três Comissões, mas também, por força desse mesmo Regimento, pode participar e esteve praticamente presente em todas as Comissões.

Quero referir que este trabalho profícuo é um trabalho complementar a todo aquele trabalho que é feito nas Assembleias Municipais, e é também uma forma de proximidade para com os cidadãos e também uma forma de requerer informação, quer junto dos cidadãos, ter voz junto dos cidadãos, ouvir os cidadãos e também ouvir as instituições.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores/as Presidentes de cada Comissão, das seis Comissões, estão de parabéns, foi um trabalho bastante profícuo, foi uma jornada de trabalho bastante intensiva, nomeadamente, nalgumas das Comissões e eu quero destacar que, vai desde a área do ambiente até à área que tem a ver com os transportes, e aí nessa área por exemplo, foram ouvidas bastantes instituições, e, portanto, todo aquele contributo que estas Comissões deram e o trabalho das Assembleias Municipais vão sendo cada vez mais exigentes também com essa transferência de atribuições e competências para os Municípios, portanto, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também em seu nome relativamente à Conferência de Representantes, e a todos/as os/as Presidentes das Comissões e todos os Senhores/as Deputados/as Municipais, penso que dignificaram toda esta mesma Assembleia Municipal, com este trabalho que se realizou e que estará com certeza para realizar nos próximos anos, nos próximos mandatos.”

**7.2 – Entrou-se no ponto 3.2. da Ordem do Dia relativo à “Eleição de um/a Cidadão/ã para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (CPCJ);**

**7.2.1 – O Senhor Presidente informou a Assembleia que não deu entrada nenhuma proposta de candidatura, ficando o assunto para uma próxima sessão da Assembleia Municipal.**

**7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da Ordem do Dia relativo à “Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal”.**

**7.3.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado.**

**7.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A apreciação da Informação da Atividade Municipal em Assembleia Municipal, configura-se como um ponto fundamental para o bom funcionamento da democracia, da transparência e da proximidade que é exigida ao Poder Local Democrático. A Informação que vos transmito e esta Informação só diz respeito de facto, aos dois últimos meses, e que está esplanada no documento que se encontra em posse de todos/as os/as Senhores/as



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deputados/as Municipais, reflete o trabalho, o esforço e dedicação à causa pública por parte de todo o executivo municipal, de todos os trabalhadores e dirigentes da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS que também fizeram muito trabalho durante estes dois meses, pelo que é justa e digna, uma palavra de agradecimento a todos. Tanto mais que, como sabemos, estes foram momentos particularmente difíceis, tivemos mais um período de confinamento, foi mais uma vez preciso adaptar e reforçar os nossos serviços à distância, e sobretudo preparar as equipas que sempre estiveram disponíveis para poder servir ao máximo os munícipes e sobretudo, poder encontrar resposta e até antecipar respostas, aos efeitos nefasto, terríveis a todos os níveis, que é este período tem trazido a todos. Os efeitos ao nível social, ao nível pessoal e familiar muitas vezes, ao nível laboral, ao nível até psicológico e portanto, a todos os serviços da Câmara Municipal mas também a todos os nossos parceiros que nesta caminhada e nestes momentos muito difíceis e permitam-me também dar aqui uma palavra de agradecimento às forças de segurança, ao nosso Serviço de Proteção Civil mais uma vez naturalmente às entidades de saúde que, a todos os momentos têm estado ao nosso lado, ou eu diria mesmo, ao lado dos almadenses, para conseguirmos encontrar as soluções e acompanhar as pessoas neste período tão difícil.

Todavia, não bastam agradecimentos aos nossos trabalhadores e nesse sentido, temos continuado sempre ao longo deste tempo a insistir, a apostar na qualificação dos nossos trabalhadores, aliás, relançamos todo um programa de formação profissional e que abrangeu mais de oitenta trabalhadores, e que totalizaram duas mil cinquenta e três horas de formação.

Mas também apostamos na abertura de estágios curriculares, porque consideramos que é necessário dar oportunidades a quem luta pelo seu percurso profissional e a quem procura aumentar e solidificar os seus conhecimentos.

Consideramos também, que a Câmara Municipal de Almada, deve ser um espaço onde por exemplo, jovens estudantes possam encontrar aqui, uma hipótese de estágio formativo seja integrada no seu percurso curricular, seja depois do seu percurso curricular. É evidente que, se for no âmbito do seu percurso curricular há condições que lhe são específicas, mas queremos inclusivamente e é nesse sentido que também estamos a trabalhar, para que a Câmara Municipal de Almada, possa ser também um agente e uma referência ao nível dos estágios remunerados e isso é uma das questões que nos deve desafiar a todos, e não confundimos estágios com contratações de trabalhadores, não vêm substituir nenhuma função, mas é porque nós entidade pública e Município, também temos essa obrigação de abrir para dar as primeiras experiências aos jovens, sobretudo aos jovens diplomados a todos os jovens e que desta forma podem aumentar o seu currículo e seu enriquecimento pessoal e profissional.

Ainda na esfera do conhecimento, acreditamos naturalmente na importância da imprensa livre e diversa, nas suas várias perspetivas e visões, e por isso disponibilizamos de forma gratuita, gratuita porque a Câmara Municipal assume naturalmente aqueles que são os encargos, que uma imprensa livre não forçosamente uma imprensa gratuita e teríamos muito a dizer sobre a questão da imprensa gratuita, mas disponibilizamos nós, a Câmara Municipal, assumindo naturalmente os encargos e os pagamentos respetivos, jornais e revistas de todo o mundo em formato digital. Portanto estava eu dizer que disponibilizamos naturalmente em formato digital jornais e revistas de todo o mundo no catálogo das nossas bibliotecas. Importa dizer, que este esforço que nós temos feito, de enriquecer aquilo que é a informação disponibilizada digitalmente, também se traduziu por exemplo, num facto que para nós é um grande orgulho, que é o aumento extraordinário que temos feito da digitalização do nosso arquivo histórico e que naturalmente em grande parte é verdade, devido à situação de confinamento em que muitos dos almadenses se encontravam e não só almadenses, devo dizer que as consultas online do nosso arquivo histórico aumentaram 200% neste último ano e quero deixar aqui uma palavra de felicitação a toda a equipa de arquivos e bibliotecas e em particular ao arquivo histórico, que tem feito de facto, um trabalho extraordinário no esforço da disponibilização do nosso património e disponibilização ao grande público. É nossa esperança despertar nos munícipes cada vez mais a curiosidade por este mundo da leitura digital, pelo mundo da leitura em geral, mas também digital, que abrange naturalmente o laser, a informação quando e onde melhor servir as suas necessidades e interesses próprios ou coletivos. E se podemos ter o privilégio de aceder livremente à imprensa de todo o mundo, deve-se naturalmente a esta data tão fundadora para todos nós, que é o 25 de Abril de 1974, que apesar das dificuldades, foi devidamente comemorado em



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

Almada, com uma grande exposição comemorativa do 25 de Abril, mas também com concertos, espetáculos de dança, de poesia, ciclos de cinema e debates. Gostaríamos de ter feito o grande concerto do 25 de Abril tradicional, que une toda a comunidade almadense, as circunstâncias não o permitiram, mas não quisemos deixar naturalmente, de assinalar com toda a dignidade e com a maior dimensão possível este momento tão fundamental da nossa história pelo que esta programação decorreu entre os dias 21 de abril e 8 de maio. O espírito de abril é um legado que temos obrigação de transmitir às mais novas gerações e por este motivo também envolvemos a comunidade escolar, promovendo e estimulando a reflexão de crianças e jovens, sobre os valores da democracia, da cidadania, da participação ativa, na comunidade e na vida local. Se para futuro queremos perpetuar os valores de abril, queremos também contribuir para um mundo melhor ecologicamente sustentável e por isso continuamos numa estratégia municipal para a gestão de resíduos e avançamos com um projeto que se certamente o primeiro que é “Almada Vamos Compustar” neste momento ainda na zona da Aroeira, dada a sua área de características homogéneas de ocupação urbanísticas, através da distribuição de duzentos compostores a todos os interessados.

Ainda no domínio da preocupação ambiental, demos início ao projeto Almada Nat/Lab NanoLab, que pretende criar um programa de educação ambiental, com o objetivo de fomentar a literacia científica e ecológica.

Em termos da digitalização, processo também esse importante para um mundo sustentável, permitam-me que, porque estamos a dar grandes passos, avançamos com aquilo que é toda uma nova estrutura digital que a Câmara Municipal vai pôr ao serviço dos cidadãos, eu estou a falar de novas plataformas, estou a falar do Observatório do Território de Almada, onde há também o GeoPortal que também já está a funcionar, onde há graças ao sistema SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem, e não vou explicar o que é o sistema SIGMA, alguns Senhores/as Deputados/as Municipais sabem pela sua experiência de autarca ou a sua experiência profissional, mas é um sistema de identificação geográfica, graças a todo esse sistema, o que é que se pretende? Seja com o Observatório de Almada e seja depois com aquilo que é o Relatório do Ordenamento do Estado do Território Interativo o REOT, e é poder disponibilizar tanto aos serviços, mas também aos Municípios, o maior número de informações atualizadas a todos os níveis. Ao nível naturalmente, geográfico, dos solos, mas também ao nível das propriedades, cada estrada seja municipais, sejam privadas, o que nós pretendemos é a digitalização dos serviços, para que, por exemplo, os serviços de licenciamento possam ser o mais eficazes possível e que algo que já tem acontecido muito graças ao confinamento que é a maior parte dos pedidos de licenciamento já se faz online, isto tem permitido uma grande aceleração e uma grande ajuda tanto para os serviços como para aqueles que precisam dos serviços da Câmara Municipal, precisam de licenças, licenças de construção, licenças de habitação, pensamos que isto vai ser uma ajuda fundamental a esse nível. Mas o Observatório de Almada, não tem só isso, tem também tudo o que é as infraestruturas desportivas, culturais, escolares, de saúde e pode ter muito mais informações a todos os níveis e que é isso que se pretende é que, passe a ser uma plataforma o mais abrangente possível com o maior número de serviços possível. É evidente que há uma parte que será uma parte interna, dos serviços internos da Câmara Municipal, portanto, há uma zona de trabalho, mas o esforço que se está a fazer é que é a zona aberta ao público seja o mais abrangente possível. E isso permite de facto, dar novos passos que é muitíssimo importante neste relatório do Ordenamento do Estado do Território, e no GeoPortal, e sobre o qual já estamos a trabalhar as novas propostas do PDM – Plano Diretor Municipal e novo PDM será imediatamente acrescentado, mas também com informações sobre como eu disse equipamento públicos, cultura, laser, e turismo e outras informações que sejam necessárias, úteis, para quem cá vive, para quem trabalha, mas também para quem nos visita.

Ao nível do turismo, estamos a preparar várias campanhas que estão para sair agora neste início de época balnear e neste período que se pretende de férias, é verdade que a situação está um pouco conturbada, mas que estão para sair aos vários níveis, de promoção do nosso comércio, promoção do nosso território, e também daquilo que é o orgulho de se ser almadense de se viver m Almada.

Em termos de desporto, naturalmente há que referir e sobretudo neste ano onde houve tão poucas competições desportivas, este grande evento que foi o Caparica Surf Fest que pôde ocorrer na Costa da Caparica, não pôde acontecer o ano passado, mas este ano já pôde acontecer e que foi um sucesso e que foi um sucesso em segurança, onde aliás, tivemos atletas locais a fazerem excelentes participações, onde naturalmente, houve à



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mesma a competição das escolas de surf, também para as nossas crianças, os nossos jovens atletas, e portanto, não só a Costa da Caparica com o Caparica Surf Fest e Almada se está a assumir como um dos principais pontos da prática competitiva do Surf, mas também a prática do Surf para todos como nós sabemos e para todas as idades dentro daquilo que é naturalmente a nossa grande força, que é ter a Costa da Caparica todo o ano.

Sobre a Costa da Caparica todo o ano, importa também salientar a importância justamente de tudo o que é o novo sistema de financiamento para a vigilância das praias que ultrapassa em muito a época balnear. Portanto neste momento, em Almada, já podemos dizer que as nossas praias terão vigilância o ano inteiro. Foi um protocolo que foi assinado com as associações de nadadores salvadores e também com os concessionários e com os nossos Bombeiros que também são nossos parceiros nessa matéria. É evidente que agora durante o verão, é o período mais intenso e é o serviço habitual que temos, mas mesmo quando por uma razão qualquer uma praia não tem vigilância, a Câmara Municipal assume essa vigilância e, portanto, este aumento de proteção nas nossas praias é algo naturalmente que nos enche de satisfação porque não só temos uma das melhores senão a melhor praia do país, mas ainda por cima a mais segura também e isso para nós é uma satisfação.

Lembrar também que para além da reabilitação da rua dos Pescadores na Costa da Caparica, entretanto também já foi aprovado o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade e Resíduos Urbanos da rua dos Pescadores, procurando estabelecer o reordenamento do espaço público e a melhoria da sua fruição para utentes e comerciantes, bem como a qualificação da oferta comercial e promoção da imagem turística do território. Nós sabemos que este é um tempo especial, todos nós gostaríamos que o Regulamento já estivesse em vigor e em pleno, lembro que este regulamento terá que ser eficaz o mais depressa possível, mas também vai implicar investimento por alguns dos comerciantes dessa rua, e, portanto, importa lembrar que estamos num ano muito especial e muito difícil, e seja na rua dos Pescadores onde felizmente já há um regulamento, mas seja como futuramente na rua Capitão Leitão onde provavelmente também fará sentido um regulamento, mas não é algo para implementar à força este ano, porque este ano nós sabemos a pressão, a dificuldade, que o nosso comércio, que os nossos restaurantes, que os nossos cafés têm sentido neste ano e meio. Portanto, temos que ter aqui ponderação na forma como também impomos estas normas e compreensão em relação ao esforço que é pedido, sendo que agradeço desde já a boa vontade, o empenho, com que todos aderiram a estes projetos.

Como eu estava a dizer, tendo em conta a situação pandémica, no entanto, a Câmara Municipal deliberou e os/as Senhores/as Deputados/as Municipais também sabem, aprovar o apoio excecional a fundo perdido e acumulável com outros apoios a nível nacional à restauração e ao comércio local, e falo naturalmente do Programa Dinamizar, que foi de facto, um programa que teve um sucesso extraordinário, foram 1.000.000.00€ (um milhão de euros), eu posso relembrar aqui que 74% das candidaturas aprovadas pertencem ao setor da restauração e similares, 16% ao comércio e retalho, e apenas 10% repartidos por outros cais elegíveis. É importante lembrar que, o montante que nós tínhamos previsto de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) já se esgotou. É verdade que surgiram nesta primeira edição, algumas dificuldades para algum comércio que tinha muito concretamente, a sua contabilidade simplificada e que se viu excluído deste apoio, pelo que já avançamos e já foi aprovado em Câmara Municipal a segunda edição do Programa Dinamizar +, agora com uma verba de mais 700.000.00€ (setecentos mil euros), para que este apoio pudesse chegar a mais gente e a muitos daqueles que não puderam aceder a ele na sua primeira edição e, portanto, já vai ser lançado este segundo apoio que consideramos muitíssimo importante.

Em termos de política municipal de habitação, encontram-se em desenvolvimento e em processo de aquisição mais uma série de empreitadas, estamos a falar de mais reabilitações parciais e algumas integrais de edifícios inteiros ao nível da habitação municipal, num investimento total de 2.064.747.99€ (dois milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete euros e noventa e nove cêntimos). Mas para este executivo a habitação como sabem é uma prioridade, é preciso trata-la em vários domínios, em várias frentes, há uma frente estrutural, organizativa que foi todo este trabalho inicial que tinha que ser feito que era a Estratégia Local de Habitação, que era a criação de um regulamento, que era a identificação das necessidades e das famílias, já lançamos pequenas reabilitações, já lançamos grandes reabilitações, já lançamos o projeto para depois lançarmos o concurso público para a construção daquela centena de fogos com que nos comprometemos para



este ano e que naturalmente são processos que já estão a decorrer, mas mais importante que tudo, penso eu, já identificamos os quatro mil fogos na totalidade, que pretendemos ir candidatando ao PRR, isto tem mais de duas dezenas de operações de reabilitação e construção, mas também nestes quatro mil fogos, está também a questão das AUGI, dos núcleos ilegais, onde também é preciso fazer investimento, porque também entram ao nível da habitação precária. Portanto, estamos de facto, a avançar a todos os níveis.

Vou abreviar para poder depois responder. Dar nota ainda do Orçamento Participativo de Almada, e lembrar que ainda estão a decorrer as votações, o Jovem também está a decorrer. Lembrar que foram apresentadas propostas para todas as Freguesias e a plataforma já conta cerca de seiscentos e cinquenta munícipes inscritos. E, portanto, lembrar que podem votar, seja por SMS, seja em [op.cma-almada.pt](http://op.cma-almada.pt). Portanto, vão ver as propostas e não hesitem em votar.

É muito difícil como sabem, o tempo já está a acabar, condensar toda a atividade mesmo nestes últimos dois meses, portanto, a Câmara Municipal não tem parado, é sempre um desafio que eu tento fazer da forma mais breve, mas o tempo nunca chega. Dizer só Senhores/as Deputados/as Municipais, que é de facto, um orgulho estar à frente de uma Câmara Municipal que apesar de todas as adversidades, as dificuldades que tem encontrado, tem sempre demonstrado que continua a trabalhar graças aos seus trabalhadores, continua imbuída deste espírito de serviço público e continuamos a ver que este dinamismo que nós sempre consideramos que era fundamental que Câmara Municipal tivesse para com os almadenses, está aí, está na rua, está nos serviços, está nos apoios sociais, está em todas as dimensões daquela que é a atividade municipal e, portanto, é sempre com grande orgulho que aqui venho apresentar estas informações da atividade municipal."

#### **7.3.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Informação do trimestre dos SMAS neste período de março e abril, foi-vos distribuída e eu não vos queria maçar tanto com o documento, só queria deixar aqui duas ou três notas porque acho que são muito importantes.

Continuamos a ter um grau de consumo e de produção de água bastante elevado, que é algo que também no futuro até poderemos conversar com mais calma, porque a população continua a gastar mais água do que nós estaríamos à espera. Mesmo apesar de muitas campanhas de sensibilização etc. Isso é um dado também interessante, até porque a população em Almada como sabem também está a crescer. Aliás, saíram hoje os resultados do recenseamento, temos mais recenseados do que tínhamos por exemplo, há quatro anos, não é muito, mas temos.

Dar aqui uma nota e é uma nota pessoal minha e do Conselho de Administração enquanto Vereador Executivo dos SMAS aos serviços, não é só sobre a atividade, está aqui muito trabalho e muitas horas de trabalho, mas dar aqui uma nota que acho que é importante. Nós tivemos há pouco tempo um episódio que aconteceu e é normal infelizmente acontecer às vezes às entidades gestoras, que é num determinado percurso, num determinado troço da rede e temos uma rede que tem cerca de mil quilómetros, a questão é que às vezes temos intrusões ilegais. Nós tivemos uma intrusão ilegal na zona da Galileu Saúde Correia, devem ter visto algumas reclamações, e eu tenho que dar aqui uma nota aos nossos serviços, porque realmente a forma como os serviços funcionam, também os planos que temos no Plano de Segurança da Água entre outros mecanismos internos que temos, permitiu rapidamente detetar essa situação, através também das reclamações e bem que os munícipes nos fizeram chegar, imediatamente conseguimos intervir, detetar situações anómalas nesse troço da rede, era um pequeno troço mas que afetou algumas habitações, e numa tarde e numa noite, numa intervenção no local, com vários procedimentos desde retirar água de condutas, de promadas de prédios, mudar contadores, fazer vistorias até ao topo de alguns edifícios e agora não queria entrar aqui em pormenores, foi possível combater, resolver e não haver problemas para a saúde pública. Eu gostava de deixar esta nota, porque isto foi o esforço de uma equipa imensa de vários departamentos dos SMAS e foi um episódio que infelizmente aconteceu, mas que também prova que os SMAS e os serviços estão preparados para este tipo de eventualidades. E mais uma vez, deixar um bem-haja aos nossos serviços."



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Lourenço (CDU), Sérgio Faria de Bastos (PS), Pedro Miguel Matias (PS), Artur Alfama (PAN), Augusto Proença (PSD), António Salgueiro (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara.**

**7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta parte sobre a Informação da Atividade Municipal, eu para já ia me concentrar numa questão que tem a ver com a obra da estrada de Vale Figueira, no percurso que liga o depósito dos SMAS no Lazarim até à Escola Daniel Sampaio.

A determinada altura, no Relatório e Contas, diz-se que esta obra articula de forma segura, a circulação pedonal, ciclável e rodoviárias. Não deixando de reconhecer a importância da obra, primeiro, nomeadamente, na construção de passeios nos locais onde eles não existem, ou não existiam, e nas obras de drenagem da via, que são efetivamente importantes, não posso aqui deixar de colocar as muitas insuficiências visíveis na obra.

Primeiro, com exceção de um percurso de cerca de quatrocentos metros, a obra tem mil e oitocentos metros, como eu disse vai do Lazarim até à Escola Daniel Sampaio. Com exceção de um percurso de cerca de quatrocentos metros, que é aquele percurso que vai em frente ao centro de saúde até ao cruzamento para a EID ao pé da oficina de reparação de automóveis, com exceção desses quatrocentos metros, esta obra do meu ponto de vista e do nosso ponto de vista, não reúne condições para ser um percurso ciclável por várias razões.

Primeiro, o conflito entre o peão e a bicicleta é permanente, e pode pôr em perigo quer o peão, quer o ciclista. São frequentes, na zona dos passeios, o passeio terá nos locais mais favoráveis, um metro e meio de largura. São frequentes na zona do passeio, o tal passeio que é ciclável, são frequentes os postes com sinais de trânsito no meio da via dita ciclável. São frequentes os postes de eletricidade, são frequentes até contentores de lixo. Reparem passeios onde vai passar um ciclista, pensa-se que em segurança, um peão, mas onde está ao mesmo tempo um poste de eletricidade nalguns casos no meio, noutros casos estão sinais de trânsito que lá foram colocados agora, e a pergunta que se faz é como é que isto vai conviver sem acidentes?

Mais, em mil e oitocentos metros de via, intervencionada, começo por deixar aqui para já, um desafio aos Senhores/as Deputados/as Municipais, sabem quantas passadeiras com lombas, foram colocadas e também sabem quantos sinais de trânsito foram semeados ao longo da via intervencionada? Eu dou um doce se alguém souber. Mas daqui a pouco já digo. Mas há mais, alguém é capaz de me explicar, porque razão nos troços desta via, onde os passeios estavam feitos e em calçada portuguesa, esta foi arrancada e substituída por alcatrão pintado de vermelho. E não é tão pouco como isso. Não foram certamente razões ambientais, penso eu, agora tantas vezes invocadas para tudo e mais alguma coisa. Já que eu saiba, a calçada portuguesa em termos ambientais, é melhor do que o alcatrão que é um derivado do petróleo. Ou será antes porque é muito mais difícil manter limpas de ervas as calçadas que lá estavam, do que o alcatrão, e assim faz-se notar menos a falta de pessoal para limpar as ruas.

Outra questão, esta obra da forma que foi programada, e executada, assenta que nem uma luva, do meu ponto de vista, na atual gestão da Câmara Municipal. Nada é feito com cabeça, troco e membros. Como é possível, um projeto feito certamente sem se conhecer o território, porque eu não consigo conceber, uma obra que tem uma raiz correta, é uma obra que nesse sentido não pode ser discutida, há zonas onde não havia passeios que passam a ter, a drenagem da via está feita e é provavelmente em termos de intervenção o mais significativo, como é que se consegue estragar a intervenção com a falta de alguém que faz um projeto e que não vai ao terreno. Eu digo-lhes, há sítios em que os moradores, quando saem da porta têm que ter cuidado, porque pode passar um ciclista. É uma coisa pequeníssima.

Já agora a pergunta que eu fiz, era como se estivéssemos na escola, levanta o braço quem sabe. As lombas em mil e oitocentos metros com passadeiras são 15. Há sítios em que há lombas de vinte cinco em trinta metro lombas, com passadeira em cima e os sinais de trânsito, sinais de trânsito e acho que ainda há mais nas laterais, são noventa e três sinais de trânsito em mil e oitocentos metros. Imaginem o desafio que é para os peões e alguns com alguma idade, atenção, e para os ciclistas.”



### 7.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a este ponto da Informação da Atividade Municipal, queria em primeiro lugar dar os parabéns à Câmara Municipal de Almada e ao seu Executivo pelo trabalho desenvolvido neste primeiro trimestre.

Este relatório que é um relatório algo extenso e que traduz aquilo que foi a atividade nos seus múltiplos planos, indicia aquilo que nós esperávamos que é um Município ativo e que está a trabalhar em prol dos almadenses.

Em primeiro lugar, a Câmara Municipal tem feito aquilo que lhe compete no que diz respeito ao combate à pandemia, tem sido desde os últimos quinze meses infelizmente, uma prioridade para o país e também para este Município, e a Câmara Municipal tem através do Plano Almada Solidária, Plano Almada Emergência, Almada Próxima e Almada Cuida, dado resposta às principais questões sociais que resultam da pandemia e as suas consequências sobre as populações aqui em Almada. Gostava de dizer que, ao contrário do que se ouve muitas vezes falar, em retrocessos e outras palavras, como se o Município de Almada tivesse caído numa espécie de idade média, agora em pleno século XXI, resultado de este executivo, eu julgo que é precisamente o contrário que se tem vindo a verificar. O que se tem vindo a verificar, é que há regiões, zonas do nosso Município que efetivamente estavam descuidadas e abandonadas no passado, e que efetivamente, o que este executivo tem vindo a fazer, através de diversas intervenções como na 377 na Charneca de Caparica, como no Lazarim, como no Eixo Central de Almada, como em Cacilhas, é no fim de contas, trazer para o presente, que eu acho que é isso que se pretende, trazer para o presente esses territórios do nosso Concelho que estavam não tão bem cuidados, não usar a palavra abandonados, não estavam tão bem cuidados.

Mas aquilo que nos causa maior satisfação, é perceber que nesta gestão municipal é uma gestão que não está virada para o passado, é uma gestão que está virada para o futuro do Município, é uma gestão que se pauta pelos critérios de uma maior sustentabilidade, uma gestão sustentável do território, uma gestão que tenha espaço para um maior desenvolvimento económico, isso traduz-se em planos como o Inovation District que é um plano de charneira, que é um plano que vai de certeza dar muito que falar nos próximos anos e que vai trazer uma nova centralidade aquela zona do Monte e ao próprio Município de Almada, como também não foram abandonadas outras áreas como as próprias áreas da cultura e recordar aqui o Festival dos Capuchos que, ao fim de tantos anos voltou finalmente a acontecer e uma série de outros eventos que têm vindo a decorrer como também o facto, de finalmente o PDM que esteve tantos anos como que parado, finalmente ver agora o seu fim, assim o permita o Estado Central.

Portanto, a nossa palavra é de parabéns e continuem o bom trabalho.”

### 7.3.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez eu vou tentar decifrar um bocadinho aquilo que são as intervenções do Senhor Deputado Municipal José Lourenço.

O Senhor Deputado Municipal José Lourenço só não diz muito, muito mal daquela obra, como de qualquer obra que este executivo faça, pela simples razão que aquele projeto foi iniciado pelo anterior mandato e pelo anterior executivo. Só que mais uma vez, o que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço não conhece os detalhes, e, portanto, o que critica, as coisas que mais critica não são lavra nossa, são lavra dos seus camaradas. Ou seja, quando nós chegamos havia uma candidatura que se chamava percursos pedonais e cicláveis e que estava entregue. Tinha um problema, é que obra não tinha passeios dos dois lados, e como sabe é uma prioridade que nós decidimos, é que as ruas onde moram as pessoas, é bom que tenham passeios. E, portanto, o regulamento ainda em vigor que não conseguimos muda-lo, porque só faz sentido muda-lo após uma revisão do PDM, quem estabelece que as pistas cicláveis podem ser em passeios, eram os regulamentos que os senhores aprovaram e que aplicaram durante décadas. Eu tenho as maiores dúvidas sobre essa norma. Das maiores dúvidas. Agora, é o regulamento que está em vigor e como tal nós respeitamos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Qual é que foi a grande diferença e a grande melhoria que trouxemos a esse projeto, porque consideramos que ele era válido. A primeira coisa é criar percursos pedonais, e em segurança, criar passeios, era a primeira coisa. Depois é verdade que a candidatura estava com percursos cicláveis, não confundir um percurso ciclável com uma via ciclável. Uma via ciclável, tem características, tem inclinações, tem necessidades, não é a mesma coisa. É um percurso que pode ser ciclável em função de um regulamento do urbanismo que é o que está em vigor na Câmara Municipal de Almada. Qual é que era a grande diferença? A grande diferença era que, havia de um lado e depois do outro lado não havia. E o que é que nós acrescentamos? Há diferenças, tem que haver passeios dos dois lados. O Senhor Deputado Municipal José Lourenço, acha que é muito chato as pessoas saírem de casa e apanharem com uma bicicleta, mas já acha normal as pessoas saírem de casa e apanharem com um carro ou com um autocarro. Isso é o que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço e a CDU acham que é normal.

Portanto, eu já nem discuto, sei que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço perdeu muito tempo em ir calcular todos os postos de sinalização que estavam naquele percurso, mas deixe-me que lhe diga que são aqueles que o Código da Estrada exige. E tem outra coisa, é que a pista ciclável e eu tive ocasião inclusivamente, marquei visitas, convoquei, olhe tenho que dar aqui uma nota, a única pessoa que respondeu e até deu forças, foi o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, inclusivamente com a Associação de Ciclistas para irmos visitar aquele percurso porque foi uma coisa muita debatida e normal, nós temos é um problema, não podemos alargar a via, não é possível. E, portanto, tínhamos duas opções, ou não fazíamos nada de ciclável e anulávamos e tínhamos uma candidatura que já estava em curso e que os senhores fizeram, os senhores fizeram ainda com menos condições, ou então fazíamos como fizemos que é quando o passeio não tem largura, a pista ciclável é interrompida, ou passa para o outro lado ou tem que ir um bocadinho a pé. Porque há de facto passeios que têm um metro. Portanto, já que foi lá calcular os oitentas sinais, pode ir lá outra vez visitar sinal a sinal e tentar ver de um lado ou outro. E, portanto, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, a sua vontade, o seu afim de dizer mal, de dizer que está tudo péssimo e que isto foi um retrocesso. O que eu acho é que os almadenses, ouvem a CDU e perguntam: em que terra, em que atmosfera, em que universo paralelo é que estes senhores vivem e se é que não vivem, não é agora, há três décadas que não estão a viver em universos paralelos.”

### 7.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu podia ter falado em retrocesso, mas não falei. Eu não falei em retrocesso. Eu a única coisa que disse é aquilo que vejo e com a minha intervenção, o que pretendi e pretendo, é que, aquilo de bom que está feito naquela obra não seja estragado pelos disparates que lá estão. É aquilo que eu pretendo. E convido os /as Senhores/as Deputados/as Municipais, se quiserem esqueçam aquilo que eu disse, façam o percurso, se souberem andar de bicicleta, façam-no de bicicleta e depois digam-me qualquer coisa. É que efetivamente, reparem bem, os sinais que sinalizam ou a aproximação de passadeira, que sinalizam a redução de velocidade de 30 metros, toda aquela sucessão de sinais, num percurso que tem como eu disse, talvez eu não sei se terá mais que um metro a zona de passeio, nalguns sítios até tem menos. O sinal podia ser feito, aquilo que foi feito num caso ou noutra, que era encostado e em vez de estar no meio da via como está na maior parte dos casos, estar encostado e o sinal sinalizar mais alto para que as pessoas lá não batessem. Mas a maior parte dos sinais estão no meio da via. A maior parte dos sinais estão no meio da via. Senhora Presidente, se quer que lhe diga e para que não tenhamos daqui a algum tempo, não estejamos perante um problema de pessoas que são atropeladas, que são atropeladas claramente. Um sinal redondo que tem peão e ciclista, sinaliza o quê? Sinaliza que naquele percurso podem andar ciclistas e peões. Se as pessoas vão sair de casa e passa um ciclista, porque o passeio é curto, porque não houve e francamente esta é uma opinião minha, nem sequer a discuti com os meus camaradas, nem sequer discuti com técnicos, eu acho que aquela via tinha muito a ganhar, é evidente que há pessoas que estão habituadas a deslocarem-se para todo o lado de automóvel, provavelmente resmungariam, o percurso ganharia muito se aquela via tivesse só um sentido. A zona do passeio para o peão, a zona como acontece em Lisboa e vários sítios, uma zona na zona da estrada para o ciclista, e a viatura que sobe ou desce só num sentido e o outro sentido seria feito na outra via paralela. Claro que esta opção, haveria pessoas que provavelmente não gostariam porque para se deslocarem de carro teriam que andar um pouco mais, mas ganhavam todos. Ganhavam os jovens que podem ser convidados a andar de bicicleta, neste percurso, ganhavam as pessoas



idosas que andam nos passeios e que agora nalguns locais, é verdade nalguns locais, têm passeios que não tinham antes, mas grande parte do percurso já tinha passeios e tinha passeios em calçada e agora tem em alcatrão pintado de vermelho. O que eu estou aqui a dizer é apenas isto. Não é bom ouvir, mas eu acho que um chamar atenção no devido momento, pode ajudar não só quem ali vive, mas quem também executou a obra. E continuo a dizer o mesmo, aquilo só possível porque o projeto foi feito num gabinete e ninguém se deslocou ao local para ver. Porque não é possível. Eu como moro ali falei com os trabalhadores e eles riam-se, eles riam-se. E mais, aquilo tem 15 passadeiras, pois as 15 passadeiras, de um lado e de outro, estão sinalizadas para invisuais. 15 passadeira todas elas sinalizadas para invisuais. Isto é que é qualidade de vida, podemos levar para ali os invisuais todos que eles a atravessarem as passadeiras não têm problemas. É um exagero, o que se gastou ali em sinais de trânsito, eu falei em noventa e três, mas se juntarem os laterais ultrapassará os cem. Certamente que, os técnicos especialistas nesta matéria na criação de percursos pedonais e percursos cicláveis, se forem ali deitam as mãos à cabeça.”

#### **7.3.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou mesmo perder muito mais tempo. Agora, só concluindo, a CDU pela voz do Senhor Deputado Municipal José Lourenço está indignada com quê? Que haja passadeiras? Portanto, realmente é algo que abunda no nosso Concelho, portanto, eu esperava ouvir tudo, é a primeira vez que eu ouço que o problema agora é a criação de passadeiras, assim se prova que a CDU achava que o melhor eram estradas em terra batida, não asfaltadas, abandonadas, sem passadeiras e pior, passadeiras com sinais para invisuais, vejam lá o escândalo, o dinheiro malgasto nas palavras do Senhor Deputado Municipal José Lourenço e na visão da CDU. É assim que ele acha que se gasta mal o dinheiro, é pôr passadeiras para invisuais. Quer dizer realmente já perdemos todo o bom senso, mas ainda bem que pedem que tenhamos bom senso e é verdade dizem que toda a gente se ri com o que nós fazemos de facto, eu quando o ouço apetece-me chorar quando ouço as coisas que o Senhor Deputado Municipal diz.

Portanto, não perder mais tempo com essa questão, acho que devia ter falado com os seus camaradas antes de fazer a sua intervenção, porque eu volto a dizer, aquilo que o Senhor Deputado Municipal mais critica é aquilo que nós tentamos recuperar da melhor forma de uma candidatura que já estava feita. Eu penso que até foi o Senhor Deputado Municipal que um dia nos acusou ter deitado abaixo o extraordinário trabalho que estava em curso, as candidaturas maravilhosas que estavam em curso. Pois esta nós tentamos salva-la. É verdade, o que é que previa esta candidatura, que as bicicletas fossem em cima do passeio, pronto não concorda, mas deve falar com os seus camaradas.”

#### **7.3.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar os parabéns ao Liberdade, tem um nome que eu gosto bastante, foi aqui que iniciei os meus primeiros pontapés na bola, em torneios oficiais de futebol salão há 35 ou 40 anos atrás e é sempre com boas recordações que volto aqui.

Quereria começar por felicitar a Senhora Presidente, estamos no final do mandato e queria lhe dar os parabéns pelo excelente trabalho que fez nestes últimos 4 anos no Concelho de Almada e em particular na Freguesia onde sou Presidente. E queria lhe dar os parabéns porque a Senhora teve o condão de nestes últimos 4 anos de transformar este Concelho. Quando cá chegamos eu recordo-me os almadenses já não acreditavam na Câmara Municipal de Almada dirigida pelo Partido Comunista, não acreditavam nas Juntas de Freguesia lideradas pelo Partido Comunista, as pessoas estavam totalmente alheadas daquilo que era a vida do quotidiano do Concelho, não acreditavam que era possível mudar o Concelho, estavam desanimadas e a Senhora teve o condão e teve a capacidade com a sua vitória de mobilizar as pessoas. Hoje as pessoas têm a esperança, voltaram a acreditar na Câmara Municipal de Almada, voltaram a acreditar na Junta de Freguesia, que é possível transformar o território, para muito melhor do que aquilo que foi fito. Portanto, a Senhora teve essa virtude e eu quero lhe agradecer



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

essa vitória porque veio transformar em definitivo o Concelho e há apostas nas pessoas na Câmara Municipal de Almada.

Depois, queria falar sobre a tal pista ciclável, Senhor Deputado Municipal veio aqui falar do Partido Comunista e queria lhe dizer uma coisa, provavelmente vê muito facebook vai muitas vezes ao facebook, e os facebook têm esses problemas, as pessoas não sabem, não conhecem, leem umas coisas no facebook, nuns perfis falsos, fazem uns filmes e depois vêm para aqui contar umas histórias. Mas nós sabemos como é isto. Quando nós temos um sapateiro a tocar rabeção normalmente é incompetência absoluta. E o Senhor Deputado Municipal José Lourenço é um incompetente absoluto. Não sabe o que é que diz, não tem capacidade para falar sobre o que está realizado nem percebe nada. Mas eu vou recordar ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, o estado em que estava a rua do MFA e a rua Dr. Alberto Araújo. Antes da obra tínhamos uma picada era impossível andar de automóvel, junto ao centro de saúde não havia passeios havia uma vala de água, não havia passeios, onde muitos idosos eram atropelados porque como não conseguiam circular dentro da vala da água, eram obrigados a andar no meio da estrada e os carros como a estrada era estreita portanto, os espelhos costumavam partir braços, mãos etc. portanto aquilo era uma verdadeira picada e não era possível continuar no estado que aquilo se encontrava. E muito bem Senhora Presidente da Câmara agarrou num projeto que existia na Câmara Municipal, conseguiu lança-lo e hoje aquele projeto é um projeto altamente reconhecido pela população, posso lhe garantir, tirando meia dúzia de pessoas que nós sabemos quem é que são, é um projeto altamente reconhecido, com certeza que tem as suas limitações de espaço porque o espaço canal deixado com o belíssimo ordenamento do território feito em 40 anos, é o que existe, nós sabemos disso, portanto, foi o que encontramos, esta herança, esta bela herança no Concelho de Almada. Portanto, há passeios que tinham um metro, outros tinham meio metro e a maior parte do trajeto não tinha passeios. Olhe quando começamos as obras desde o Lazarim até à Quinta do Bom Retiro não havia um sumidouro de águas pluviais. Não havia um. E a senhora conseguiu fazer com este projeto, durante todo o trajeto, inclusivamente num conjunto de ruas, na rua Quinta do Graça, na rua da Cerieira, num conjunto de ruas que hoje têm sumidouros de águas pluviais que nunca tiveram. Depois, o que existia era uma rega asfáltica naquela rua, eram buracos de metro, era intransitável andar de automóvel naquela rua, altamente perigoso. O Senhor Deputado Municipal José Lourenço falou que havia 15 lombas, há Senhora Presidente, mas mesmo assim ainda falta uma junto à oficina cá de baixo, já notifiquei os serviços, falta uma lomba ainda. Houve em 2020 e em 2021 nove acidentes graves, com os muros totalmente destruídos e duas pessoas em estado coma. As lombas são reconhecidas pela população e são necessárias, fez muito bem, falta uma lomba ainda.

Relativamente aos postos de eletricidade que é o que faz ir ao facebook, se for lá amanhã os postes estão a ser substituídos que estavam no meio da parada e estão a ser encostados aos muros. Isto é o que faz os amigos fazerem filmes para os outros amigos. Pensam que a obra foi acabada, não foi. Ainda há melhoramentos a fazer. E há correções a fazer. Agora, não podemos é ter este discurso que tudo o que a Câmara Municipal faz é sempre tudo mau.

Portanto, não há problema nenhum, a Senhora vai continuar a investir naquele território, esta obra é reconhecida pela população, altamente reconhecida e vou lhe dizer uma coisa Senhora Presidente, a melhor resposta que a população da Charneca de Caparica e da Sobreda vai dar ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço e ao Partido Comunista, é nas próximas eleições.”

### 7.3.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Conforme é habitual reservamos também aqui algum tempo para fazer algumas questões à Senhora Presidente da Câmara Municipal, questões que chegaram até nós de alguns munícipes e também algumas questões que nós próprios temos depois da leitura da Informação sobre a Atividade Municipal.

A primeira questão aguarda o tema do glifosato. Nós fomos informados por alguns cidadãos que estaria a ser aplicado glifosato nalgumas zonas de Almada. Temos informação disso, o Touchdown Premium que é um fitofarmacêutico, um herbicida sistémico, no Relatório da Atividade Municipal é mencionado que estão a ser



JK

utilizados herbicidas substitutos nomeadamente, ácido pelargónico também a monda térmica e outras técnicas. Gostaríamos de saber em relação a este caso concreto o que é que se passa uma vez que é sabido que o Município abandonou ou teria abandonado o glifosato no ano de 2020.

Outra questão, e aqui duas questões relacionadas com situações que transitam já do mandato anterior e que não foram resolvidas neste mandato conforme era espectável. A primeira, relaciona-se o Centro de Bem Estar Animal, sabemos que, ficamos a saber agora, que está projetado que este centro se venha a erguer na zona da Alembança, e a questão que deixávamos aqui que é uma questão é uma reflexão, é uma crítica, é que há 4 anos era para esta zona que estava projetado o espaço. Portanto, andamos 4 anos para chegar à mesma solução que tínhamos inicialmente, o que leva a crer que foram 4 anos perdidos neste projeto. Gostávamos de saber também que observações tem a fazer em relação a esta matéria?

Depois também em relação ao Regulamento de Resíduos Urbanos. Como se sabe já foi aprovada nesta Assembleia Municipal duas vezes o fim da proibição da alimentação, da multa que resultava da alimentação a animais de rua por cuidadores, portanto, tínhamos um regulamento que supostamente ia ser finalizado, ia substituir, ia pôr termo a esta proibição, continuamos ainda sem ver fim à vista, isto já foi definido no mandato anterior, transitou para este, já foi deliberado novamente neste e aparentemente vai transitar para o próximo.

Depois, também queríamos saber em relação ao cheque veterinário que também foi aprovado nesta Assembleia Municipal, qual é o ponto de situação em relação a esta matéria, em que estado é que está a implementação desta ferramenta?

E para terminar, deixar aqui duas notas em relação à questão dos micro chipes e das esterilizações. Na Atividade Municipal temos aqui indicação de que foram obtidos 475 micro chipes, sendo que entre janeiro e março não foi colocado nenhum e entre abril e maio foram apenas colocados 36. São números baixos como baixos são também os números das esterilizações, num Município que é muito carente de soluções mais rápidas e de soluções que permitam no fundo, intensificar quer a colocação de micro chipes, quer as próprias esterilizações."

#### **7.3.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, eu acho que as reclamações que nós temos recebido pelo número de ervinhas que crescem nos passeios às vezes permita-me que lhe diga, eu não sei o que as pessoas consideram, uma coisa depende do tamanho naturalmente, mas uma ervinha nos passeios não é lixo, era bom lembrar, prova bem que não estamos a usar o glifosato, não sei de onde vem a questão do glifosato. Agora, de facto, não estamos a usar, a Câmara Municipal deixou de usar o glifosato, o que significa um esforço acrescido por parte dos serviços municipais, é verdade que estamos a usar outros produtos alternativos, e sobretudo é muito mão de obra que está a ir limpar. Aliás, apelo às pessoas para terem alguma compreensão porque, eu volto a dizer uma ervinha pequenina não é forçosamente lixo, e não é forçosamente um problema. Outra coisa são os combustíveis, as canas grandes, quando as coisas tomam dimensões que naturalmente, é preciso ir cuidar. Mas agora, mandam-me algumas imagens que, por amor de Deus não é isso, e entre estas ervinhas pequeninas e um produto que é comprovadamente tóxico e cancerígeno, eu acho que a nossa escolha foi clara. Mas, naturalmente, que o que nós queremos é o melhor de dois mundos, é não usar o glifosato, e conseguir que todo o serviço seja feito da melhor forma.

Relativamente ao Centro de Bem Estar Animal. Dizer que o projeto que vai agora à próxima reunião de Câmara, já há aprovação para o lançamento para o desenho do projeto do novo Centro de Bem estar Animal, eu não sei o que é que estava previsto há 4 anos, este é um projeto muito mais completo, que integra não apenas serviços municipais numa parte e outra que é o Centro de Bem Estar Animal e outra parte para acolher inclusivamente associações. E dizer-lhe que em relação de facto, ao Centro de Bem Estar Animal, vai à próxima reunião de Câmara, vai justamente o lançamento do projeto já de execução que é para depois entrar imediatamente em concurso para a obra."

#### **7.3.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Augusto António Proença (PSD):**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não irei demorar muito tempo, até porque já estamos um bocadinho para lá da hora normal.

Quero apenas falar um bocadinho sobre os SMAS e sobre alguns aspetos que importa realçar.

Após apreciação do documento é visível que os SMAS continuam focados na construção, manutenção, reabilitação, remodelação e operacionalidade do sistema público de abastecimento, controlo e qualidade da água, bem como do sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais. É fácil identificar que neste Relatório de Atividades, está presente a preocupação com os munícipes, através da gestão dos clientes assim como todo o trabalho desenvolvido na área das leituras, faturação e cobrança. Importa ainda salientar, e deixar o nosso apreço, visto que os SMAS de Almada têm mantido um papel de relevo na sociedade almadense para que vivamos com maior equidade e responsabilidade social. Durante os meses de janeiro e fevereiro, foi garantido o controlo da qualidade da água distribuída pelo SMAS, intervindo em todas as situações das quais se teve conhecimento procurando a resolução das mesmas. Efetuaram-se colheitas com vista à determinação de análises de água, para consumo humano, relativamente a parâmetros de análise obrigatória. Portanto, nestes parâmetros foram detetados valores quase de 100% de qualidade da água, o que é de registar ao nível da qualidade.

No que diz respeito ao investimento e para que se perceba a aposta que está a ser feita, por parte da Administração, gostaríamos de começar por frisar algumas, contando obras, algumas das obras adjudicadas no início do ano de 2021, como a reabilitação do coletor pluvial entre a rua da Ponte de Lima e a rua de Mateus Abocho na Charneca de Caparica; a construção da rede de drenagem doméstica e pluvial da rua dos Bem-vindos às Quintinhas; a rua Fernão Seco, que representa um investimento de cerca de 180.000.00€ (cento e oitenta mil euros).

Destacamos ainda a substituição das condutas da água no Reservatório do Pragal, montagem do bio filtro na ETAR do Portinho da Costa, com a conduta adutora no Corroios de Pragal e uma série de obras que, de alguma forma têm sido registadas.

Para o PSD, este documento é um espelho de boa administração deste Conselho de Administração, que tem levado a cabo um plano de investimentos que atua em vários setores, tais como as redes de distribuição, redes de saneamento e frota dos SMAS. Bem como investimento de qualidade no espaço físico com as obras no edifício sede. O SMAS são o exemplo da excelência do serviço público.”

**7.3.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal nestes períodos que estão em apreciação, gostaríamos de destacar ao nível da área dos espaços verdes, o que no âmbito do projeto “Sextas-Feiras pelo Futuro”, desenvolveram-se diversas propostas de plantação e preparou-se material vegetal, para cedência a várias entidades, instalando-se também bocas de rega na Quinta do Chiado, e ainda se realizou a articulação com a Associação Almada Mundo e o Departamento de Educação, para desenvolvimento de atividades de plantação; participou-se também nas ações realizadas na Escola Secundária Elias Garcia, Cataventos da Paz e Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento. Aguardam-se o resultado da candidatura a classificação de árvores notáveis relativa ao conjunto arbóreo do Solar dos Zagallos, e que se encontra em apreciação pelo ICNF. Encontra-se em curso o desenvolvimento dos projetos de especialidades, tendo em vista a requalificação do Jardim Alberto Araújo em Almada. Foi implementada a proposta de requalificação da Praça da Liberdade e a ação de qualificação da Praça dos Apóstolos na Costa da Caparica. Foi adjudicada a empreitada de executado Parque Urbano Vila Nova de Caparica, aguardando-se o início da obra. Prestaram-se contributos e informação técnica para a campanha “Almada é tua Casa”, no que se refere ao tema da lagarta processionária. No que se refere aos parques infantis, realizaram-se as inaugurações dos parques requalificados na Praceta Oliveiro Serpa, e no Parque Juvenil do Jardim Urbano, ambos na Costa da Caparica, inaugurou-se o parque infantil do Parque Urbano do Pragal. Encontra-se em curso o procedimento de empreitada para execução do Parque Infantil do Fróis, no Monte de Caparica. Para além disto, desenvolveram-



se os projetos de execução tendo em vista a empreitada de requalificação e construção respetivamente no Parque Infantil do Jardim dos Caranguejais na Cova da Piedade, e do Parque Infantil da rua dos Pinheiros na Herdade da Aroeira.

No que respeita aos parques urbanos, deu-se continuidade à campanha de remoção de tartarugas exóticas no Parque da Paz, tendo-se colocado armadilhas e a sinalética respetiva. Foi adjudicada a empreitada relativa ao remate norte do Parque da Paz, procedeu-se à instalação de mobiliário urbano no Parque Urbano do Pragal, designadamente bancos e reforço de papeleiras.

Relativamente ao serviço cemiterial, efetuaram-se os trabalhos de terraplanagem e levantamento tipográfico, tendo em vista a abertura de uma nova secção de inumação no cemitério de Vale Flores, iniciaram-se os procedimentos para proceder a exumações em diversas secções inumação.

No que se refere ao Serviço Veterinário Municipal, realizou-se uma reunião com uma Procuradora do Ministério Público de Almada, em conjunto com a Autoridade Sanitária Veterinária Municipal.

Concretizou-se também uma reunião com as forças de segurança e contou também com a presença da Autoridade Sanitária Veterinária e do Provedor dos Animais de Almada. Recebemos uma visita institucional de representantes do PAN, ao Centro de Recolha Oficial.

Procedeu-se também à apresentação de uma candidatura tendo em vista a atribuição de apoio financeiro para ações de sensibilização da população para a esterilização de cães e gatos.

Efetuuou-se ainda uma visita ao Centro de Recolha Oficial da Amadora e deu-se início à captura de cães das matilhas nas praias da Costa da Caparica.

Inauguraram-se ainda 7 novos abrigos de gatos que foram colocados na via pública.

Reuniu-se também com o grupo informal Amor Rafeiro e participou-se na última edição do Almada Green

No que se refere à área de Educação e Sensibilização Ambiental, definiram-se os conteúdos e imagem gráfica do projeto piloto “Almada vamos Combustar”.

Coordenou-se o processo de candidatura de 7 praias ao galardão Bandeira Azul 2021.

Elaboraram-se e submeteram as candidaturas ao programa “Praia Saudável” e ao programa “Praia Acessível Praia Para Todos”.

Realizou-se o planeamento e a logística e preparação do Bioblitz, edição de 2021, que se concretiza no Parque da Paz já no próximo domingo.

Concebeu-se e instalou-se um painel de sinalética no Parque da Paz dedicado à sensibilização da população para a problemática da introdução de aves exóticas e sua alimentação artificial.

Preparam-se e acompanham-se diversas ações de plantação com voluntários de escolas.

Compilou-se informação relativa aos kits de interesse ecológico no âmbito do processo de classificação no momento natural local da encosta do Cristo Rei.

Elaborou-se uma proposta no âmbito do projeto piloto no âmbito do projeto europeu INTENSIFY para implementação no Concelho de Almada da plataforma digital da comunidade da ação climática.

Relativamente à área de Inovação Clima e Energia, preparam-se 4 projetos de restauro ecológico, a saber na Galeria das Hortas do Texugo, Bacia de Retenção e Galeria Agrícola da Cabeceira da Foz do Rego na Quinta de São Macário, controlo de exóticas do sistema dunar secundário na Costa da Caparica e reforço do REDUNA, nomeadamente nas praias de São João, praia da Mata e Cova do vapor.

Estes projetos incluíram o planeamento da calendarização e da educação dos grupos voluntários a articulação com escolas, eco escolas e associações interessadas em participar nas ações a realizar durante o primeiro semestre 2021.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

Ainda neste âmbito, realizaram-se diversas visitas de campo para identificar e qual o grau de invasão relativo às diversas espécies invasoras.

Concretizou-se uma nota técnica, relativa à manutenção da Avenida Martins Correia, tendo em vista a compatibilização da intervenção de acesso viário ao porto de pesca e à zona da Cova do Vapor, com a proteção do sistema dunar existente para concretização de uma solução de base ecológica, atendendo também à classificação da zona como Reserva Ecológica Nacional, definindo-se zonas de plantação e espécies de vegetação a utilizar no local.

Ainda no campo de ação do projeto “Floresta Comum”, concluiu-se o processo de avaliação de espécies disponíveis no viveiro de Valverde em Alcácer do Sal, tendo-se solicitada a disponibilização de mais exemplares arbóreos, em complemento ao projeto anteriormente aprovado.

Realizou-se e emitiu-se parecer ao projeto de conservação de habitats naturais e de valorização da paisagem protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, e candidatado pelo ICNF ao programa operacional de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

Estabeleceu-se a pareceria de cooperação com a nova IMS para desenvolvimento da estratégia “Almada Circular e Inteligente 2030”.

Ainda no âmbito do estudo das ilhas de calor urbano no contexto AML, compilou-se e preparou-se informação para a aquisição de micro sensores de temperatura e humidade relativa a instalar no campo de ação do projeto Clima AML.”

8 - Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, mas sendo atingido o limite horário regimental, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 18, pelas 21 horas e 15 minutos, no mesmo local.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Senhores/as Vereadores/as João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, Tiago Galveia e Joana Mortágua.

10 - Foi verificada a presença na reunião de cerca de 15 Senhores Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

*João F. C.*  
*Paulo Viegas*  
*Ana Paula Silva*